

Pauta: Movimento População Povo de Rua

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): (14h20min) Estão abertos os trabalhos da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH, hoje com a pauta: Movimento População Povo de Rua. Agradecemos a presença de todos aqui hoje. Presentes os vereadores Cassiá Carpes, Alexandre Bobadra, Prof. Alex Fraga, e o proponente da pauta de hoje, nosso colega Ver. Pedro Ruas. Esta comissão vem trazendo pautas importantes para esta Casa, pautas que mexem com a vida das pessoas e, com certeza, nós, enquanto vereadores, não estamos aqui enquanto partidos políticos e, sim, como vereadores, para garantir que todos que cheguem a esta Casa consigam ter voz. Já estamos trabalhando com vários temas e hoje com esta pauta tão importante que o nosso colega, Ver. Pedro Ruas, trouxe: Movimento População Povo de Rua.

Como praxe, enquanto presidente desta comissão, o vereador proponente da demanda conduz a reunião para poder trabalhar de forma conjunta com os vereadores, buscando os melhores encaminhamentos, para que consigamos ter êxito, principalmente nesse tema do dia de hoje. Então, passo a presidência ao meu colega Ver. Pedro Ruas. Parabéns por esta pauta tão importante, vereador.

(O Ver. Pedro Ruas assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Ver. Conselheiro Marcelo, na verdade, é uma honra presidir uma reunião como esta. De imediato ofereço a palavra aos meus colegas de Mesa, sei que têm compromissos de horário também. O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Ver. Pedro Ruas, nosso presidente Ver. Conselheiro Marcelo, Ver. Prof. Alex Fraga, Ver. Cassiá Carpes, meus cumprimentos à Mesa. Vejo aqui também o major Gelson, representando a Secretaria de Segurança; nosso representante da Guarda Municipal. Seria

conveniente chamar a Guarda Municipal e Secretaria de Segurança, posteriormente, à Mesa.

Quero dizer a todos vocês que estou muito honrado com esta pauta de iniciativa do Ver. Pedro Ruas, porque é um tema importante, sensível, que nos causa uma preocupação muito grande. Porto Alegre, agora, a temperatura girando em torno de menos de 10º. Claro que nós temos o Gigantinho, o Tesourinha, a FASC vem desempenhando um papel à medida das suas possibilidades, mas a questão dos moradores de rua nos preocupa muito mesmo. Estou fazendo esta fala inicial porque tenho uma entrevista daqui a pouco na Rádio Guaíba.

Quero dizer a vocês que a bancada do PL é solícita a todas as questões da nossa Comissão de Direitos Humanos e que aqui não é partido político ou ideologia, mas, sim, a nossa comissão é importante, talvez, até seja a comissão mais importante desta Casa. São 1,5 milhão de pessoas que moram em Porto Alegre, são milhares de pessoas em situação de rua, é um tema complexo. Nós sabemos que a FASC vem fazendo seu papel, mas o cobertor é curto, então, através da Comissão de Direitos Humanos, todos nós, vereadores, estaremos juntos para ajudar vocês em tudo aquilo que for necessário, não só nas emendas impositivas, mas nas ações que ocorrem durante todo o ano, principalmente com esse inverno tão rigoroso. Então, que nós possamos ter uma reunião muito boa, produtiva e que possamos juntos trazer ideias e soluções que possam amenizar as dificuldades dos moradores de rua da nossa cidade. Um abraço a todos e boa reunião.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Quero fazer referência da presença do Ver. Cassiá Carpes, Ver. Alex Fraga. Se o presidente, Ver. Conselheiro Marcelo, que me concede a honra de presidir esta reunião, me permite, eu vou fazer algumas referências de pessoas presentes, com ajuda da Dra. Luciana Seabra que me passou alguns dados. Primeiro, quero falar na presença do comandante Jair Lima Krischke, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, a quem peço que acompanha a Mesa conosco, por gentileza. Uma referência nacional e mundial nos direitos humanos. Tive a oportunidade, presidente, de assistir no

Fórum Mundial de Direitos Humanos, em Buenos Aires, a palestra de Jair Lima Krischke, representando o Brasil, foi a mais aplaudida de todas. Então o Jair Lima Krischke nos dá a honra de sua presença. Faço referência também da presença do major Gelson Luiz Guarda, secretário adjunto da Secretaria Municipal de Segurança – SMSEG, que peço que componha a Mesa conosco. Quero fazer também referência da presença Dra. Vânia Frantz, Diretora-Geral da Atenção Primária à Saúde, da Secretaria Municipal da Saúde, que peço que componha a Mesa conosco. Dos demais eu vou fazendo a referência e da importância e da necessidade de estarem presentes aqui, porque, obviamente, a Mesa não dá lugar para todos. Representando a Pastoral do Povo de Rua, Dr. Elton Bozzetto, por favor, componha a Mesa conosco. Peço que componha a Mesa a Dra. Carla Evelise Justino Hendges, Juíza Federal. Bem como a Dra. Cristina Dal Sasso, que representa a Comissão de Direitos Humanos Sobral Pinto, da Ordem dos Advogados do Brasil, por gentileza.

Quero fazer as referências como se todos se sentissem na Mesa, porque, na verdade, a Mesa é simplesmente para que haja uma condução dos trabalhos, mas é uma reunião, como se estivéssemos todos no plenário ou todos na Mesa. É isso que queremos passar.

(Manifestação fora do microfone.) (Inaudível.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): A ideia, pessoal, reconheço como válidas todas as reclamações, nós temos algumas dificuldades nesse sentido, mas isso não quer dizer que estejamos acertando as soluções em todas elas. Pois não.

(Manifestação fora do microfone.) (Inaudível.)

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Todos terão direito à fala a *posteriori*. A qualquer momento todos terão direito à fala, sem problema.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Por sinal, o Cícero será o primeiro a ter a palavra hoje aqui. Então, esse é um dado importante. Como eu disse, não é perfeito, mas há circunstâncias que vamos tentando compor à medida do possível, mas reconheço como válidas as reclamações colocadas aqui.

Faço questão de registrar também a presença da Procuradoria-Geral do Município, na pessoa do Dr. Nilo Raphael Costa dos Santos, procurador da FASC; Sr. Francisco José Soares Horbe, Superintendente da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional, Metroplan; Sr. Juliano Fripp, Conselho Regional pela Moradia Popular, CRMP; Sr. Cláudio dos Santos Feoli, Comandante-Geral do Comando da Polícia Militar do Estado do RS; Sr. Cícero Adão Gomes, que está na Mesa, representa o coletivo PopRua RS. Está correto, Cícero?

SR. CÍCERO ADÃO GOMES: É coletivo PopRua RS, jornal Boca de Rua e o movimento nacional. Eles são todos juntos, mas tem dois representantes, que são eu e o Edson, e também tem a representação do jornal Boca de Rua, que tem o Português, a Simone, a gurizada toda. Tem o representante do PopRua aqui também, dos CAPS, dos abrigos, tem muita representação. Aqui eu estou representando o coletivo PopRua RS.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Perfeito. A coordenação da Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Porto Alegre, Elton Bozzetto, é essa entidade? O Movimento Nacional da População de Rua, representado pelo Edisson Campos, que é o grande Beiço. (Palmas.) O grupo de pesquisa Passa-Repassa, Monika Dowbor. (Palmas.) PF das Ruas, Rose Carvalho. (Palmas.) A Fome tem Pressa, Rogério Dalló. (Palmas.) Escola Porto Alegre – EPA, Jacqueline Junker. (Palmas.) Ministra da Sagrada Eucaristia da Igreja de São Jorge, Luciana Seabra. (Palmas.) Eu vi o Douglas Filgueiras, que é um lutador histórico do movimento social. Qual é a representação hoje, Douglas?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): As demais amigas e amigos que me dão a honra, eu peço que ou me informem representações ou se sintam, como nós todos aqui, nos sentimos representados; por exemplo, onde está o Jair Krischke, que me sinto representado no Movimento de Justiça e Direitos Humanos? Então, se sintam representados...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Qual é seu nome?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): O Renato eu tinha visto. Mônica e Gabriela; sejam bem-vindas. (Palmas.) A nossa ideia, pessoal, é tentar que haja uma reunião produtiva no sentido... Meu caro Ricardo Giusti, que nos dá a honra de cobrir, pelo Correio do Povo, esse evento, e também o pessoal da televisão da Câmara, muito obrigado, por que é um momento dramático. Quando chegou o Jair Krischke hoje aqui, nós nos lembrávamos que em abril e maio de 1993, há 30 anos, nós visitamos a FASC, nós visitamos na época a fundação estadual, que não recordo o nome, porque naquele período, em 1993, se anunciava o inverno mais rigoroso do século XX, e nós fomos buscar no poder público exatamente algo, Ver. Alex Fraga, pelo qual continuamos lutando, aumento do número de vagas em albergues, e na época um albergue novo, por quê? Porque nós acompanhamos a ronda da FASC que existia na época, eu e o Jair Krischke, e nós víamos o seguinte, Marcelo: muitas vezes, a pessoa em situação de rua tem ali um cachorro, tem uma latinha com alguma coisa, tem mais alguns objetos, e só levavam para o albergue se deixassem aquilo tudo. Mas aquilo é o patrimônio da pessoa, é a vida dela, por que ela vai deixar? Então nós procuramos, pedimos, em 1993, são 30 anos, que houvesse uma mudança pelo menos. Naquele momento, tragicamente, infelizmente, faleceu a céu aberto, no Viaduto Obirici, uma pessoa em situação de rua chamada Marlene, e nós

criamos o Albergue Marlene na Duque de Caxias, em homenagem a Marlene, que ninguém sabe quem era, além de Marlene. Hoje esse albergue funciona, é do Município, na Praça Garibaldi. Mas a ideia daquele albergue era ser diferente, era que permitisse, naquele tempo onde não era permitido em lugar algum, que houvesse um cuidado para cães, que houvesse um cuidado com as latinhas, que houvesse um cuidado com os panos, que houvesse, enfim, uma cautela geral com aquilo que é o patrimônio, Cícero, da vida da pessoa. O Cícero é, na verdade, ex-morador de rua, ele conheceu muito de perto isso, muito de perto, e todo sofrimento e as doenças causadas pela situação o Cícero teve, tratado, e aqui está representando a Secretaria da Saúde, no Santa Marta.

Então, o momento que nós vivíamos em 1993, Jair, é o momento que se vive agora. Pode não ser o inverno mais rigoroso do século XXI, até porque estamos no começo do século, não sabemos, mas que será muito rigoroso, será, e sabemos os malefícios que isso causa. Então eu quero começar, nós tentaremos ser bem objetivos, na faixa de três a quatro minutos por inscritos, todos podem se inscrever, mas algumas pessoas são obrigatórias, como o Cícero. Então, o primeiro falar será o Cícero. Qual é a tua visão da situação das pessoas em situação de rua nesse momento e quais seriam as principais demandas.

SR. CÍCERO ADÃO GOMES: Boa tarde a todos, sou um ex-morador de rua, fiquei quase 20 anos em situação de rua, hoje sou representante do PopRua RS, junto com o movimento, jornal Boca de Rua, escola EPA, Amada Massa e outras conquistas que tivemos ao longo desse tempo de 20 anos de luta do movimento nacional, um movimento que chegou aqui em 2009, em 2010 se fortalece. A maioria dos representantes daquela época ainda está na luta, saiu das ruas, hoje a maioria paga seus aluguéis com seu próprio dinheiro, do seu próprio bolso. Na base de 150 saíram das ruas, tudo com escola EPA, jornal Boca de Rua, movimento e outros projetos que tinha na época: abrigo Marlene; abrigo Bom Jesus, que, infelizmente, hoje não existe mais; a casinha, a casa de inverno, na Farrapos, que muita gente se organizou por aqueles lados da Farrapos, ali 4º Distrito. Tem muita coisa que as pessoas esquecem da história e só pensam no

que está acontecendo agora, mas o que está acontecendo agora, muitas vezes é conquista do que a gente lutou lá atrás, uma luta nossa. Se hoje eu estou organizado, se hoje eu sou educador de um CAPS, foi por causa das nossas lutas lá atrás. Se hoje o Beijo, se hoje o Boca de Rua está fazendo 23 anos, com história no mundo todo, e tem filme, documentário, foi a nossa luta lá atrás.

Tem coisas que a história fez lá atrás e está refletindo hoje aqui. Está refletindo hoje em mim: organizado, casado, bem empregado e ainda lutando. Como o Beijo, como a Simoni, como o Leandro e como os que faleceram também, nega Rita, Leandro Corrêa, vários que lutaram e morreram na rua lutando. Nunca pode ficar a história para trás, nunca pode, porque os falecidos deixaram o legado, e estamos aqui nós, de novo, para representar as pessoas que lutaram e morreram na rua. (Palmas.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Cícero. O Sr. Elton Bozzetto está com palavra.

SR. ELTON BOZZETTO: Vereador Pedro Ruas, demais vereadores, autoridades que ocupam espaço à Mesa, meus queridos colegas de luta da Pastoral do Povo de Rua, Edisson Campos e Cícero Gomes. A Pastoral do Povo de Rua, Ver. Pedro Ruas, que é uma organização da Arquidiocese de Porto Alegre, que congrega vários coletivos, entidades e organizações da sociedade civil, empenhados na garantia da dignidade do povo de rua, agradece a esta Câmara de Vereadores pela oportunidade que a gente tem aqui, de diálogo e de proposição de políticas públicas. Nós, evidentemente, Cícero, gostaríamos de estar aqui discutindo ampliação de garantias, aprimoramento das estruturas, qualificação e melhoramento dos programas de inserção laboral, qualificação de projetos de formação profissional; no entanto, Pedro Ruas, estamos aqui discutindo apenas a possibilidade de garantir os mínimos sociais, de garantir o direito de não morrer, de garantir o fim da agressão à população em situação de rua, lamentavelmente esta é a realidade em que a gente vive na nossa cidade de Porto Alegre. É difícil, gente, fazer a defesa de uma sociedade, de uma cidade

acolhedora, quando ela deixa seus filhos à mercê da própria sorte e impede de ter garantidos os direitos básicos e fundamentais. Eu quero iniciar aqui fazendo um apelo para que tratemos a pessoa que vive na rua como gente; nós estamos usando incrivelmente o termo “higienização” na cidade de Porto Alegre para tratar a situação da população em situação de rua. Mas o que é isso? É um sinônimo de escória, de sujeira, de algo que se descarta e joga fora. É hora de vencer essa condição, vereador; então o indivíduo que está em situação de rua é um lixo para cidade, é algo descartável, que devemos limpar da cidade. É um ser humano; como tal, precisa ser tratado como sujeito de direitos – esse é o primeiro apelo que a pastoral faz para essa Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): As inscrições não são únicas, mas têm um tempo limitado, mas pode se inscrever depois – tens mais um minuto.

SR. ELTON BOZZETTO: Então, vou pular tudo que eu tinha feito aqui de argumentação – depois a gente volta à questão. A Pastoral do Povo de Rua quer trazer, presidente, a esta comissão, algumas reivindicações que são necessárias e urgentes. A primeira delas – entrego depois uma carta à presidência da comissão para que fique registrado nos anais dessa sessão – é a realização imediata do censo da “pop rua” de Porto Alegre para servir de balizador de uma política pública municipal consistente e qualificada. A segunda é a reinstalação imediata do PopRua RS, respeitando o critério de paridade como instrumento de diálogo e construção de políticas públicas. A terceira é respeito com a ação das organizações da sociedade civil, das entidades da sociedade civil que desenvolvem o atendimento emergencial, não executado por uma política pública municipal. A quarta é a implantação de uma política habitacional municipal para população em situação de rua, assegurando inclusive acesso ao bônus-moradia e ao aluguel social. Quinta é a garantia de acolhimento e atendimento integral nos serviços de saúde, numa sistemática e conjugada ação com assistência social. A sexta é o fim da truculência da violência da Guarda

Municipal e da Brigada Militar nas abordagens à “pop rua”. Estimados vereadores, demais autoridades, nós, da pastoral e das entidades que formam esse coletivo, seguramente, Pedro Ruas, estaremos ombreados com todos aqueles que querem, de fato, construir uma humanidade a partir do cuidado e do respeito à vida, que está ameaçada e excluída nessa população em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Podemos voltar ao debate; agradeço pela oportunidade, parabéns pela iniciativa, vereador. (Palmas.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Elton.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Quero registrar as presenças do secretário adjunto, Nelson Beron, representando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; bem como da Sra. Patrícia Mônaco, representando a FASC – muito obrigado pela presença de vocês.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado Nelson, obrigado, Patrícia. Eu tinha falado com o Nelson lá, e não colocamos, desculpe. Falei com a Patrícia também. O Sr. Edisson Campos, popular Beijo, está com a palavra.

SR. EDISSON CAMPOS: Eu acho que, quando faz a pergunta, a primeira coisa é dignidade, mas quando a gente tira o direito, porque eu vou atacar direto, realmente, porque estão acontecendo várias coisas, e as pessoas né... Porque, quando fala é sinal de moradia; não tem moradia para 5 mil pessoas em situação de rua, quase 6 mil pessoas em situação de rua. Então, as pessoas fazem as suas barracas nas ruas para não passarem frio. Aí chega quem tem que garantir direito e vai lá com truculência, rouba nossas coisas, porque isso aí é roubo. A gente então tem que chegar e assumir que isso daí é roubo, o que tá acontecendo, é uma falta de respeito com cidadão, porque o cidadão já está correndo atrás do que não tem. E do que não tem, eles vão lá tirar! Então, daí eu faço essa pergunta: Onde é que estão os direitos, onde é que está esse direito que está sendo negado? É o governo que tem que dar essa prioridade, mas não

dá para nós. E as truculências, porque as pessoas têm que ter consciência que agora a gente vai chegar no inverno, e no inverno com truculência, a Guarda Municipal vai lá, levanta as barracas, junto com a Prefeitura. Onde é que está o direito de dormir quente, de não dormir no frio, de ir lá, tirar a Identidade, roubar Identidade, no meio da truculência, no meio das remoções? Onde é que está o direito de o cidadão de ter uma Identidade, porque não tem esse direito de ter Identidade aqui. No Brasil, simplesmente não tem, porque a pessoa em situação de rua, quando toma uma abordagem e não tem documento, dizem para ir fazer o documento. Quando tu fazes o documento, várias truculências lá e tiram, ou cortam na nossa frente ou rasgam na nossa frente! Onde é que está esse direito? Aí, quando tu vais falar; se tu falares alguma coisa é desacato à autoridade, mas o que eles estão fazendo não é um desacato ao cidadão? Não é abuso de autoridade o que eles estão fazendo? (Palmas.) Tem que pensar, tem que raciocinar sobre essas coisas, porque muita gente não quer estar naquele lugar, mas está, cada um tem a sua circunstância, por que foi parar na rua, por que não foi parar na rua. O governo, ele tem que tirar a população da rua, não botar para rua. Se tu não geras emprego, se tu não geras curso, não gera uma possibilidade de a pessoa sair da rua, não adianta a Guarda ir ali, com truculência. Eu vou assinar vários desacatos, não tô nem aí, porque a Prefeitura não me dá um lugar para ficar, um lugar para morar, um trabalho para eu poder trabalhar. Eu vou estar onde? Vou estar na rua; então, antes de tirar, tenta fazer um trabalho de recuperação, de levantar a autoestima, não baixar a autoestima da pessoa que está lá, que consegue uma barraca, consegue um colchão, consegue uma coberta – isso a Prefeitura não dá. Lamento falar isso porque não adianta falar em quantidade de abrigos e de albergues, se a capacidade de quem mora na rua é muito grande, porque, se não me engano, são quase 600 vagas, por aí, não é Gabriela, para 4 mil e poucas, quase 5 mil pessoas em situação de rua. Onde é que vão parar os outros 4 mil? Vão continuar na rua! Que se faça um trabalho então; agora, antes de terminar, quando tinha o Comitê a gente conseguia controlar essas coisas; então, é importante quando o seu Elton fala em retomar o comitê municipal, porque lá tinha o DEMHAB, (Ininteligível.) a

FASC, tinha várias secretarias, tinha o pessoal do emprego que ia lá, fazia reuniões com a gente. Então, trazendo a volta do Comitê, já era para estar retomado – não sei por que esse governo, depois da pandemia, não retomou? Acabou, começou *on-line*, depois foi destrancando, foi oprimindo a gente, porque essa é a palavra certa, oprimindo a gente, porque quando a gente está lá dentro, a gente sabe falar e saber se capacitar. Então, a gente está lá dentro, lutando por direitos, então a gente sabe o que a gente está falando, a gente sabe lá por que a gente está lutando. Já vou terminar! Eu só acho que trazendo o Comitê de volta, a gente vai ter condições de lutar, de trabalhar, de não se chegar a agredir um ao outro – está entendendo o que estou falando? A gente está ali porque a gente precisa, porque a Guarda está muito depois, que ganha a utilização de arma de choque Taser, e estão muito abusados. Então, a gente não fica brabo porque a gente quer, a gente ficar brabo porque estão levando o que a gente conseguiu, o que o governo não deu. Então, a gente fica brabo com essas coisas. Se a gente tiver ali intriga e discussão é porque a gente quer defender o que é nosso, que a Prefeitura não deu, é o que a gente está tentando conseguir. Lamento, a gente vai ficar que nem cão e gato, porque vocês vão lá tirar, e nós vamos lá botar a barraca de novo. Aí daqui a dois, três meses, vocês vão voltar lá de novo, vão tirar, daí não vai dar um mês, a gente vai estar lá com a barraca montada de novo, porque uma hora vocês vão cansar, vão falar: “Por que vocês estão sempre aí?” Porque a Prefeitura, o próprio governo que manda você ir lá e recolher a gente, são os próprios que não dão a sustentabilidade de nós sobreviver, só isso.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Beijo. Quero registrar com alegria a presença do Dr. Manoel André da Rocha, ex-procurador-geral do Estado por muito tempo, é uma alegria, uma honra tê-lo aqui, participando desse debate tão importante. O Dr. Jair Krischke, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, está com a palavra.

SR. JAIR KRISCHKE: Ao saudar o Ver. Pedro Rua, saúdo os demais vereadores que compõem a Mesa; ao saudar a Dra. Cristina Dal Sasso, minha colega da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, saúdo a todos os demais membros desta Mesa. Senhoras e senhores, sinto-me muito honrado de estar aqui. Eu digo a vocês que vou ser muito breve, mas me sinto muito à vontade, Ver. Pedro Ruas, não só na condição de presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, que tem história neste País, mas também na minha condição de Cidadão Emérito desta cidade. Esta Câmara Municipal me honrou com este título, com muita generosidade. Então, por isso me sinto com autoridade em dizer que, como cidadão emérito, sinto vergonha da atual situação em que estão vivendo os moradores de rua da minha cidade; envergonha qualquer cidadão. O Ver. Pedro Ruas lembrava, quando aqui cheguei, há 30 anos – eu o chamo de Pedrinho, velho companheiro –, que a gente andava na rua para socorrer aquela população. Interessante; sensibilizamos o governador Alceu de Deus Collares e o prefeito Raul Pont, 30 anos atrás. Será que hoje sensibilizaríamos o governador Leite, o prefeito Melo? Eu acho que não, piorou. Nós estamos vivendo em uma cidade que anda para trás, ela nem mantém um certo *status* que um dia já teve, ela regride, ela regride e deixa essa população de rua, composta por seres humanos, absolutamente exposta. Eu faço minhas as palavras do coordenador da pastoral da população de rua, que me antecedeu, e do companheiro, porque eles disseram já o que é essencial, Pedro, o que é essencial já foi dito. Nós tínhamos que estar reunidos aqui para discutir políticas que avançassem, que qualificassem ações do Município na questão da população de rua. Se há 30 anos eram 3 mil – não é, Pedrinho? –, hoje já se falam em 5 mil, 6 mil. O problema, 30 anos depois, dobrou, e nós não temos políticas públicas para assistir essa população.

Já os que me antecederam falaram, e eu assino embaixo e reforço, quanto ao tratamento dispensado a essa população pela Guarda Municipal e pela Brigada Militar, que os tratam pior do que bichos. E eu seguidamente lembro do brilhante, do grande advogado Sobral Pinto, que, na defesa de Luiz Carlos Prestes, alegava o direito dos animais. Será que nesta Porto Alegre do século XXI nós

vamos ter que argumentar com o direito dos animais para que eles tenham um tratamento minimamente digno? É muito pouco, gente, é muito pouco. Isso, em qualquer país mais ou menos civilizado, seria até ridículo, não tratar as pessoas como pessoas, como seres humanos, sujeitos de direitos. Então assino embaixo do que foi dito pelos que me antecederam. Nós precisamos avançar, esta cidade precisa avançar, para que – eu já estou lá nos meus 84 anos, já estou na marca do pênalti – eu me despeça deste mundo olhando para a minha cidade e sentindo orgulho, coisa que neste momento não posso fazer. Sinto muito. Decepcionado, muito decepcionado, especialmente com o nosso prefeito; o voto é secreto, mas votei no Melo, esperando mudança nesta cidade, já vínhamos de um prefeito complicado, agora me deparo com um prefeito inimigo da população de rua. Muito obrigado por terem me escutado.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Jair Krischke, referência estadual, nacional e mundial em direitos humanos. Eu só quero dizer que nós estamos recolhendo inscrições, eu já tenho inscritos o Israel Silva Guimarães, a Veridiana Machado, a Simone Gonçalves Machado e o Alexandre da Silva, que é o Português, o grande Português. Eu quero fazer um registro importantíssimo para o debate que nós temos aqui: nós vamos ouvir as autoridades do setor, obviamente, vamos ouvir os inscritos, enfim, vamos até limite possível aqui para chegarmos aos encaminhamentos; mas eu quero lembrar que, até o início deste ano, presidente Conselheiro Marcelo, Ver. Alex Fraga, Ver. Alvoni Medina, não sei bem o mês, mas nós tínhamos aqui no posto Santa Marta, Jair Krischke, um atendimento especial, diferenciado, no sentido do diferente com qualidade, o diferenciado nesse sentido, para as pessoas em situação de rua. O que era aquilo, na minha observação, que não é obrigatoriamente a de todos aqui? Era muito importante – eu estou afirmando em meu nome, não falo por ninguém, a não ser por mim. Eu observava, presidente Marcelo, que a pessoa que está em situação de rua, ela pode estar, no inverno, por exemplo, há três, quatro, cinco dias sem tomar banho, pode morrer de frio, pode morrer de hipotermia, sim, ela pode estar com cheiro de urina, ela pode ter vergonha de ficar com as outras

peças que estão em outra situação, então ela não fica no mesmo posto de saúde ali. Porém, quando ela tem coragem, ou pela proximidade da morte ou pela dor terrível, e ela vai, os demais discriminam, os demais não querem ficar perto. Por isso, existia, no Santa Marta, um local especial; existia ali. Aí, eu fiz uma pergunta – depois, eu conversei com o Cícero e com o Elton sobre isso, mas, quando eu fiz a pergunta, eu não tinha falado com eles –, e me disseram, e quero saber depois como é que está funcionando isso, que há uma orientação nacional, inclusive, com as pessoas em situação de rua organizadas nacionalmente, de que deveria haver, na verdade, um atendimento localizado, porque se a pessoa quebrou a perna, não pode ir até o posto, tem as vacinas, enfim. Bem, é possível? É possível. Eu quero colocar é a minha perplexidade, a minha, porque não existe mais no Santa Marta isso, e eu não sei, eu não sei se o tal do atendimento localizado está funcionando. Eu quero pedir – depois já vou passar às autoridades do setor, basicamente da saúde, da segurança do Município – que a Dra. Cristina Dal Sasso, que representa a Ordem dos Advogados do Brasil, utilize a palavra por quatro minutos.

SRA. CRISTINA DAL SASSO: Boa tarde. Ratificando as palavras do Dr. Jair Krischke, é uma honra estar aqui na Mesa. Saúdo o Ver. Pedro Ruas e todos os membros da Mesa; saúdo todos que estão nas cadeiras. Complementando então o que o colega de Mesa estava falando a respeito da violência com que são tratados os moradores de rua, eu gostaria de deixar registrado que eu e a presidente do Conselho da Comunidade de Porto Alegre, esses tempos, já estávamos debatendo a respeito desse assunto e dessa situação e estávamos, inclusive, escrevendo uma proposição, uma propositura de uma capacitação aos servidores da segurança pública em direitos humanos, ou seja, para que as pessoas que atuam dentro da área da segurança pública tenham esse curso para ter esse entendimento de como poder melhorar e qualificar o tratamento com as pessoas em situação de rua, em situação de vulnerabilidade. Nós sabemos – ela é do Conselho da Comunidade e eu sou membro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil –, realmente, dessas

dificuldades e desses problemas graves que a população de rua enfrenta cotidianamente. Vou ser breve, porque tem muitas pessoas também que gostariam de falar. O nosso projeto, Ver. Pedro Ruas, está pronto, posso lhe repassar, é uma proposta de capacitação para todos os servidores da segurança pública.

Outro ponto também que bate na tecla é a questão da área da saúde pública dos moradores em situação de rua, em situação de vulnerabilidade. Há a questão dos protocolos de atendimento dos hospitais, que deveriam, que poderiam ser mais rápidos. A pessoa que chega, por exemplo, no HPS, tem que passar por várias triagens; na recepção, a pessoa é questionada sobre toda situação que está ocorrendo; se a pessoa cai, bate com a cabeça, às vezes está tonta, não tem como explicar, não tem ninguém que saiba explicar o que aconteceu com aquela pessoa; passa por outro departamento dentro do HPS também, onde tem que explicar novamente a situação; então, mais ou menos, umas três vezes a pessoa tem que explicar. Às vezes, a pessoa está em sofrimento, porque já está indo ao HPS porque tem uma situação de doença ou então de sofrimento físico e tem que ficar se explicando; outras vezes, o acompanhante que lá está não sabe direito o que está acontecendo. Então talvez pensarmos uma política de mudança de protocolo de atendimento dentro da área da saúde pública, para que esses atendimentos sejam viabilizados de forma mais célere, mais dinâmica, para que tenham essa maior agilidade, maiores benefícios então para as pessoas que precisam desses atendimentos. Era isso o que eu tinha, Ver. Pedro Ruas.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Dra. Cristina, que representa a OAB. Conselheiro Marcelo, Ver, Alex Fraga, Ver. Alvoní Medina, aqui quebrando um pouco o protocolo, existem pessoas que podem se inscrever – ou seja, todas – e existem pessoas que obrigatoriamente já estão inscritas; é uma categoria diferente, foi criada exatamente para esta reunião específica. Nós precisamos de informações muito específicas, Renato, da área saúde, por exemplo. Eu falei no Santa Marta; outras pessoas falam muito do SAMU, a

questão do SAMU é um problema seriíssimo, a internação por problemas mentais, quem acompanha, quem pode, quem não pode. Então são convocados a dar um depoimento e eu peço que a Dra. Luciana Seabra, se o Dr. Manoel permitir, passe o microfone na seguinte ordem: para Monika Dowbor, para Rose Andrea da Paz Carvalho, para Rogério Dalló e para Jacqueline Junker Fuques. Por favor. São depoimentos convocados esses.

SRA. MONIKA DOWBOR: Boa tarde a todas, a todes e a todos, meu nome é Monika Dowbor, sou representante do grupo Passa e Repassa de pesquisa sobre políticas públicas para a população em situação de rua em Porto Alegre, que vem analisando então essas políticas e divulgado os resultados desses de análises para a população em situação de rua, seus coletivos e movimentos. Compartilhamos com os movimentos coletivos da PopRua a nossa crença na importância da participação dos usuários da PopRua nas políticas públicas. Trago aqui resultados de pesquisas de análise que fizemos sobre o número da PopRua em Porto Alegre, sobre a insuficiência de políticas públicas de moradia, alimentação, e sobre a falta de transparência de dados sobre as remoções. Sabemos que desde 2016 não é realizado o Censo da PopRua em Porto Alegre. No início de 2021, a FASC divulgou o número de 3.850 pessoas em situação de rua. Esse número desceu para a gestão Municipal para 2.518 pessoas, no entanto a nossa análise, feita junto com Ministério de Saúde, com banco de dados de pessoas cadastradas confirma o número a que Beirão se referiu: são 5.788 pessoas em situação de rua em Porto Alegre. Cadastro limpo no sentido de que não tem cadastro duplicado, e são pessoas que acessaram o serviço de saúde pelo menos uma vez nos últimos dois anos. São 5.788 pessoas contra 2.518 pessoas contabilizadas pela FASC. Não é guerra de números, não é guerra de narrativas, são pessoas dignas que estão fora do radar da gestão pública em termos de serviços públicos, são pessoas que vivem situações desumanizantes e passam necessidades básicas. Em termos de serviços de moradia, se a gente somar abrigos, albergues, pousadas, auxílio-moradia, nós temos uma oferta da gestão municipal de 1.500 vagas. Ou seja, 40% da

população em situação de rua não está coberta com nenhuma oferta de moradia em Porto Alegre. Da mesma maneira aqui, 50% não vai ter uma oferta de alimentação nessa cidade que se quer cidade inteligente, por isso é tão importante a participação dos grupos de voluntariado da sociedade civil que fornecem alimentos para a população em situação de rua, cobrindo essa falta da gestão pública em termos de alimentação. Por fim, queria dizer que um dado não existe na Gestão Pública: dados sobre as remoções. Não há dados sobre as remoções, e a gente só sabe sobre truculência, como disse o Beijo, dessas ações, por conta das queixas e reclamações da PopRua e das notícias do jornal. É preciso que esses dados sejam divulgados e que essa ação pare de ser truculenta. Como avançar, portanto, para aumentar a efetividade de políticas públicas em termos de cobertura, qualidade e Direitos Humanos? A produção de políticas públicas tem que se basear em evidências científicas e tem que se dar com a inclusão da voz e da opinião da população em situação de rua e dos coletivos que trabalham com essa população. A transparência de dados, a instauração de processo de acompanhamento e fiscalização das políticas públicas e a participação dos usuários das políticas são necessárias para que Porto Alegre, como disse o senhor, possa avançar no seu papel de gestão municipal responsável pelo bem-estar de seus cidadãos. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Com a palavra a Sra. Rose Carvalho, do PF das Ruas, também para um depoimento convocado, ou seja, obrigatório.

SRA. ROSE ANDREA DA PAZ CARVALHO: Boa tarde a todos, agradeço pela oportunidade de estar aqui. Eu sou a Rose Carvalho, sou coordenadora do grupo Prato Feito das Ruas, mais conhecida como a “Tia Gordinha que entrega marmitta”. Vou falar rapidamente quem é o grupo: nós entregamos marmittas todos os sábados, há mais de 6 anos, 6 anos e meio, no Viaduto Imperatriz Leopoldina. Todos os sábados de manhã entregamos café da manhã e depois as marmittas. Marmitta com suco, às vezes tem sobremesa. O número, mais ou menos, fica em torno de 1.600 a 2 mil marmittas. Esse número varia porque tudo

que a gente ganha é de doação, então quanto mais doações a gente ganha, mais a gente consegue entregar. Entregamos ali no viaduto, depois colocamos nos carros e entregamos nas ruas também. Além da marmita, a gente faz encaminhamento para a comunidade terapêutica, quem nos pede para sair das ruas, sair das drogas. Nós encaminhamos 34 pessoas, e dessas 34, tem uma hoje em tratamento. Além disso, nós temos os Barbeiros Guerreiros, um grupo que faz, todos os sábados, cortes de cabelo e barba. Temos uma vez por mês parcerias com Médicos do Mundo, com quiropraxistas; o Mentos de Rua, que são psicólogos que vão lá conversar com o pessoal; temos os veterinários de rua; e agora tem dentista, isso uma vez por mês. Então, resumindo, nós formamos um grande centro de eventos de assistência, além da comida, assistência à saúde também lá nesse viaduto, e a gente acha isso muito importante para quem está na rua. Eu não sei quanto custa um corte de cabelo masculino...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: R\$ 25 a R\$ 30.

SRA. ROSE ANDREA DA PAZ CARVALHO: Mas com certeza, R\$ 25 ou R\$ 30 é um valor que quem está na rua não tem. Um prato de comida, né, às vezes a gente percebe que a pessoa baixa a cabeça e come uma, duas, três marmittas. Resumindo, é importante esse nosso trabalho. Essas pessoas que chegam, às vezes, sem comer há dois, três dias... Enfim, estamos aqui todos nós com o mesmo propósito, nós somos a voz de quem está na rua, e o PF das Ruas vai continuar. Nós já tivemos ameaça da Prefeitura de querer nos tirar do viaduto, já nos ofereceram uma sede na Zona Sul ou na Zona Norte, mas o propósito do PF das Ruas é servir pessoas em situação de rua, como que essa pessoa ia pegar o ônibus e ir até a Zona Norte para comer? Por isso nós escolhemos o viaduto da Av. João Pessoa, porque ele fica bem entre a Usina do Gasômetro, o centro, a Redenção, e é onde as pessoas passam, muitas vezes, virando a lata do lixo para poder comer. Então nós vamos continuar ali, e a gente conta com todos vocês nessa luta de a gente poder pelo menos oferecer uma alimentação, que é

o mínimo, dignidade para a pessoa que está em situação de rua. Muito obrigada.
(Palmas.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Com a palavra o Sr. Rogério Dalló.

SR. ROGÉRIO DALLÓ: Muito obrigado. Me chamo Rogério Dalló. Boa tarde. Nosso movimento A fome tem Pressa está completando quatro anos agora, nasceu em junho de 2018, aliás, cinco, de junho de 2018. Sempre fui ruim de português, Elton, por isso que eu não sei somar. A nossa ação central acontece aqui no Partenon, a gente faz a comida num local emprestado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Administração Escolar do RS, Sintae, que nos oferece; antes era na Associação dos Funcionários da Carris, quando a gente nasceu. Somos um grupo de cerca de 80 pessoas no todo, um movimento de voluntários. Temos essa ação central toda terça-feira, nesse momento as nossas equipes estão lá fazendo a comida e nós vamos lá para ajudar a distribuir em seguida. A nossa ação central tem a ver o que nós chamamos e apelidamos de busca ativa, que é, depois de feitas as marmitas, a gente tem três, às vezes quatro carros que fazem roteiros para buscar aquelas pessoas que estão meio que isoladas nos cantos, nas avenidas, fora dos grandes centros de aglomeração que seria o centro, a Praça da Matriz, Largo Glênio Peres, embaixo do viaduto da Conceição, e assim por diante. A gente tenta evitar esses pontos de maior aglomeração porque sabemos que tem outros grupos que preferem isso por uma questão de logística. Nossos voluntários fazem essa busca ativa. Nós somamos ao nosso movimento, nos últimos dois anos, aquilo que são algumas das cozinhas comunitárias, algumas das 14 cozinhas comunitárias articuladas aí que a gente conhece, cinco delas são integrantes do nosso movimento, então ali a Lomba do Pinheiro, na Vila Mapa; Mário Quintana; Timbaúva; Farrapos; Cristal, lá na Vila Pedreira; e nessas cozinhas comunitárias a gente contribui com víveres e aquilo que chamamos Xepa Solidária: nós fizemos parceria com cooperativas, com organizações, com produtores de feiras que nos doam a sobra dos seus alimentos, o que ajuda nessas cozinhas. Pedro, primeiro cumprimentar a

Comissão de Direitos Humanos; segundo, nosso questionário, das 11 organizações que fazem parte do movimento ali com a Pastoral, identificou que 54% dessas organizações, mais da metade, já estamos há mais de 4 anos trabalhando, então não é um problema atual, é um problema de muito tempo. Segundo: servimos, nesse conjunto, 4.500 refeições semanais. O movimento A Fome tem Pressa serve em torno de 1000 refeições semanais sempre. Nós temos mais de 200 voluntários nisso. Então quais são as pautas? Primeiro a questão do censo. Segundo: o poder público tem o dever, mas a complementaridade do movimento cabe à sociedade organizada também, e temos o direito de fazer isso em conjunto com o serviço público. Não é publicizar o atendimento, é fazer as parcerias necessárias, comprometer o serviço público, mas também a gente ter o direito de fazer. Terceiro, um debate permanente nos canais de comunicação: nós temos que dialogar com a Prefeitura, com a Câmara, com o Governo do Estado, esse tema tem que ser objeto de diálogo, por isso o comitê é tão importante. Por fim, nós estamos trabalhando por direito, e dois direitos básicos, primeiro o direito à vida, que tem a ver com o alimento e saúde, e o segundo, o direito de a gente se auto-organizar. Digo isso porque houve ameaça pública de proibir distribuição de comida na rua, de proibir a atividade. Nós precisamos resistir a esse processo. Obrigado. Parabéns, mais uma vez, à comissão por essa audiência. (Palmas.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado. Eu vou passar para a Jacqueline Junker, mas antes, um minuto para o Elton Bozzetto.

SR. ELTON BOZZETTO: Enquanto ela se desloca... A Jaque caiu ontem à noite enquanto ia para casa da AEPPA, então, Pedro, vou fazer um registro. A Pastoral do Povo da Rua está fazendo um mapeamento em Porto Alegre de todos os grupos, entidades e organizações que fazem distribuição de alimento e que fazem atendimento em caráter emergencial para PopRua. Esse é o instrumento que – e a Patrícia não me deixa mentir, a Prefeitura de Porto Alegre não dispõe desse mapeamento –, nós estamos fazendo e vamos colocar à disposição da

cidade, Pedro, para que possamos gerar uma política pública consistente, a partir da organização, como diz o art. 6º da Constituição Federal, para garantia dos direitos fundamentais a todos as pessoas, a partir do mapeamento e da participação, como solicita o Rogério, da sociedade civil estar participando organizadamente do atendimento ao PopRua.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Elton. A companheira do AEPPA, Jacqueline Junker Fuques está com a palavra.

SRA. JACQUELINE JUNKER FUQUES: Boa tarde, gente, boa tarde povo da rua que está aí, a todos os demais. Obrigada a essa Comissão por nos dar um pouco de voz e trazer um pouco daquilo que a gente sabe, porque está lá com o pé no barro, no chão, indo lá onde quem está lá na esquina ou na rua, ou eles vindo até nós.

Sou professora da Escola Municipal Porto Alegre, escola que se mantém aberta não graças à Prefeitura, mas à Justiça que nos manteve aberta e a essa Casa que nos deu espaço para lutar, porque houve uma tentativa, mais de uma vez para fechar esta escola, ela foi mantida graças à Justiça, que dessa vez foi feita, e por parte dos meus estudantes. A escola organiza, mensalmente, uma assembleia com os estudantes onde a gente para para ouvi-los. Então, eu vou trazer para vocês o que eles me pediram e depois eu vou trazer um pouco também do que nós, trabalhadores dessa escola, vemos. O que eles pediram que eu trouxesse aqui: “sora fala para eles que os meus documentos, e as minhas coisas são minhas, se todo mundo tem direito à propriedade privada, por que que eu não tenho?” Eu estou usando exatamente o que eles me disseram. “Por que, se eu entrar na casa dele e levar o que é dele é roubo, por que que ele pode vir tirar tudo o que é meu e não é roubo? Por que que eu tenho que ficar procurando um lugar para dormir, porque não me dão casa e porque eu não tenho acesso a casa, e além de eu ter que procurar um lugar para dormir, tenho que procurar um lugar para dormir que tem um montão de câmeras, para que a Brigada ou a Guarda não possam queimar tudo que eu tenho na madrugada.”

Estou trazendo aqui a palavra que não é minha; palavras que são dos estudantes da AEPPA, com base no quê? Nas suas experiências, nas suas vidas e no seu dia a dia, é com o que nós professores nos deparamos. Então eles pediram muito isso. Outra coisa que eles pediram: “por que que se gasta tanto para bater na gente e para arrancar tudo da gente e não constroem casa para gente? Por que que não nos dão um lugar para a gente viver?” Essa pergunta eu faço para todos, até por que a gente trabalha muito, e eles estão em situação de rua, mas eles são cidadãos. Portanto, cidadãos são pessoas de direito como qualquer um de nós. E aí não é possível que esse estudante tenha que viver isso diariamente.

Outra pergunta e questões que daí a gente traz, nós professores, é por que que a gente tem que batalhar tanto contra a burocracia para garantir o direito fundamental? Impossível isso gente! A burocracia, como a senhora ali da OAB, ela vem antes do direito fundamental, ou ela vem para garantir o direito fundamental? Então um estudante passou lá por uma situação – não vou citar nome –, tentou se matar, não conseguimos diretamente que a SAMU venha, temos que pedir socorro para os conhecidos, para a rede quente, como a gente chama, aí vem a SAMU, a Brigada veio antes; eu quero até dizer isso, tem problemas e tem outras vezes que não. Ele vai para o posto e aí não tem familiar... Não senhora, ele não tem familiar, ele está em situação de rua! Mas então não dá para ele ficar aqui porque não tem alguém para assinar por ele. Poxa, é adulto... Não vai ficar internado; mas como não vai ficar internado? É uma situação de internação; não vai ficar internado. A colega fica lá até, quase passando meia-noite para então, de novo no peitaço, brigar, e a secretaria que de outra forma, conseguimos então uma internação para ele. Não obstante, ele fica pouco tempo, volta para rua, mais uma vez atenta contra sua própria vida, e não consegue abrigagem. Essa situação que eu estou falando não é uma situação dos meus 21 anos de carreira, é uma situação de agora, deste mês.

A outra quebra a perna – olha bem, as pessoas em situação de rua – botou o gesso, não tem albergue, porque não tem vaga nos albergues para todo mundo, não tem abrigo, não tem nada; ela vai então de gesso para a rua. Quanto tempo vocês acham que durou o gesso? Não durou, porque não há gesso que resista

à chuva, à rua, à intempérie, não dura. Então, a população em situação de rua já foi tão aviltada nos seus direitos, que é por isso que ela está ali, e isso é uma coisa que eu acho que é um problema que a gente discuta essa questão só com a Assistência Social, a segurança pública e a saúde, porque faltaram outras políticas públicas antes para essa pessoa, para esse cidadão hoje estar nessa condição, que deveriam estar aqui.

Então, de nossa parte, é isso, a questão do fim da truculência, os nossos estudantes relatam demais, da violência, que não é a física, mas que é emocional e amoral na falta de atendimento ou no mal atendimento, a ponto dos professores da AEPPA se deslocarem com os seus estudantes para eles conseguirem acessar o seu direito fundamental de um atendimento à saúde. Não é a função do professor, mas tudo bem é a nossa função garantir direito fundamental, a gente vai e vai continuar indo, mas a gente gostaria que não fosse necessário. E aqui eu faço um pedido que o transporte de isenção para essas pessoas, isso tem sido altamente burocratizado e negado, o que as impede de acessar a escola, de acessar o CAPS, de acessar o posto de saúde, porque não tem como ela lá chegar, e porque a Prefeitura sim tornou extremamente difícil e cancelou a maioria dos Tri, de isenção. E são pessoas na escola Porto Alegre, mais de 83% dos nossos estudantes estão em situação de rua. Desses, situação de rua, a gente nomeou, 58% estão em situação de rua calçada, não estão acessando albergue, não conseguiram o tal do famoso aluguel social que tanto diz que tem sobrando, não tem; e estão tomando não na cara há mais um ano. Desses seis estão em residencial, alguns não nos informaram nada. Desses nossos estudantes, 23 com BPC, 50% conseguiram o Bolsa Família e 26 não informaram. Desses, de 100 estudantes, setenta e dois estão com algum nível de sofrimento psíquico, e que precisam ter acolhimento na questão da Saúde. Desses 20% têm NEEs – necessidades educativas especiais (aluno com NEE), e tiveram os seus Tri cancelados – Tri de isenção... Ah, mas ele não viu que estava escrito, que estava cancelado... Não, minha senhora, ele não sabe ler, não tem como ele ver, ele não consegue entender; não, agora ele não consegue chegar lá porque ele não tem como se locomover. Desculpa, mas a piada é tão

grande que a gente perde a calma e tem que ser assim. Então, nesse sentido é que eu gostaria de pedir, que tanto o senso fosse respeitado, a volta do comitê e que se pensasse numa política pública da cidade de Porto Alegre que respeitasse a própria política nacional que já foi implementada há muito tempo. Essa é uma boa forma de começar.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Jacqueline Junker, da AEEPA. Vou tomar algumas providências aqui de organização. Primeiro, não está mais conosco o representante da Segurança Pública, mas o oficial, comandante da Guarda Municipal, Nascimento, está presente, eu gostaria que você ficasse na mesa conosco. Depois ouviremos a representante, Dra. Vânia Maria Frantz, da Saúde, mas antes há o depoimento da ministra da Sagrada Eucaristia da igreja de São Jorge, Luciana Seabra, e enquanto ela se desloca, vou dar um minuto para o Cícero fazer seu depoimento.

SR. CÍCERO ADÃO GOMES: Obrigado, pessoal, eu estava notando que a professora Jacque não nomeou quem fez a reclamação, porque, por culpa da retaliação da Guarda Municipal e da Brigada Militar. Nós temos relatos no Viaduto da Conceição, nós temos relatos nas ruas, que até o pessoal do Pedro Ruas que estava com a gente na reunião do movimento e do coletivo, a gente teve vários relatos, só que eles não podem vir, muitos, a gente convidou, eles não querem botar a cara porque são conhecidos da Guarda, são conhecidos da Brigada Militar e depois vão lá retalhar eles de madrugada, duas ou três vezes na mesma noite.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Cícero. Então, a ministra, Luciana Seabra, depois a Dra. Vânia Frantz, depois a representação da FASC, e depois a Guarda Municipal. Por favor, ministra da Sagrada Eucaristia da igreja de São Jorge.

SRA. LUCIANA SEABRA: Boa tarde a todos, a referência à ministra da Eucaristia na igreja de São Jorge é porque lá nós somos voluntários, e como voluntários nós trabalhamos constantemente junto à comunidade, todo tipo de comunidade, todo tipo de demanda que nos são feitas. Eu venho atuando junto com movimento da Pastoral, movimento coletivo da população em situação de rua, e em uma ocasião no mês de abril, nós estávamos, eu, a minha colega Patrícia, o Cícero, o português, o beirão, estávamos no Viaduto da Conceição fazendo o cadastramento do pessoal, ouvindo necessidades que se apresentaram. Uma das coisas que nos chamou a atenção foi o grande número de pessoas que vieram solicitar ajuda para conseguir refazer ou obter seus documentos pessoais, porque, como eles nos relatam ali, no momento que são abordados pela Guarda Municipal, ou pela Polícia Militar, esses documentos são pegos, a princípio, para verificar se estão cadastrados na FASC ou se não estão e são levados, não lhes são devolvidos. Seguida essas conversas, esses relatos, recebemos também o relato de, inclusive, um rapaz que chegou ali, casualmente a Patrícia estava bem próxima na hora, o rapaz estava todo machucado porque, durante a noite, quando estava no viaduto, veio a polícia e bateu neles, segundo eles, sem justo motivo. Toda essa situação se agrava quando nós estamos ali trabalhando e somos chamados por alguns moradores que moram, que têm os seus recantos embaixo do viaduto, e quando nós chegamos no viaduto, veio a Guarda Municipal acompanhada pelo DMLU para tirar os pertences, as lonas e tal. Nós vimos, então, ali, presenciamos a realidade, a Guarda Municipal desceu e abordou eles – pessoas que foram totalmente solicitas, tranquilas –, armados, chegaram nessas pessoas de arma em punho, e até nós interferimos neste momento, conversamos que era totalmente desnecessário. A casinha que tinha sido feita com lona, o rapaz da Guarda Municipal retirou com o pé, ele puxou tudo com o pé e com uma tesoura ele terminou de rasgar tudo. Nós, eu, a Patrícia e o Cícero, estávamos ali e começamos a conversar com eles, inclusive requerendo, interferindo, para que eles pudessem levar as coisas deles. Num primeiro momento, o pessoal do DMLU queria simplesmente recolher tudo, seja

o que fosse, levar embora, botar no caminhão, e nós não deixamos. É uma postura totalmente desnecessária.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. LUCIANA SEABRA: Sim. O Cícero, quando interferiu, já queriam conduzir ele, o que não seria nem possível. Presenciamos essa situação desnecessária, excessiva, pediram os documentos deles e um dos moradores ficou muito assustado porque achou que iriam levar os documentos e aí, novamente, eu interfeiri, peguei os documentos, entreguei, o pessoal verificou a situação deles e aí esses moradores tiveram que dali sair e o outro senhor não tinha cadastro na FASC. Então, só para relatar e trazer esta realidade que a gente vive ali, acompanha com eles e que é importante, que ela não é necessária, pois é abusiva, excessiva, não tem por quê. Então para registrar aqui o momento que a gente viveu. Muito obrigada.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): A Dra. Vânia Frantz, diretora-geral da Atenção Primária em Saúde em Porto Alegre, está com a palavra.

SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ: Boa tarde Ver. Pedro Ruas, assim cumprimento a Mesa e todos os presentes. Eu vou começar falando pelo Santa Marta, já que foi a fala do vereador que hoje proporciona este espaço. Então, a primeira coisa que a gente tem que entender é para que serve, para que foram criados os consultórios na rua. Eles foram criados especificamente para estarem *in loco*: onde estão as pessoas na rua. E, provavelmente, a gente pode olhar para trás e pensar que foi importante aquele espaço no Santa Marta, onde a gente conseguiu vincular muitas pessoas, onde foi se buscando. Mas chegou o momento em que ele não se tornou mais suficiente, porque, além de descumprir a política nacional dos consultórios da rua, ele também acabou reduzindo muito as abordagens que eram feitas, a grande maioria da produção era dada de pacientes que vinham até o serviço e não mais as equipes que iam até a

população. Essa é a primeira questão que eu acho que é importante a gente levantar, que a gente atende, sim, a política nacional e isso está de acordo, com isso a gente consegue ampliar o número de pessoas assistidas. Então, além de a gente pensar em atendimentos, mas o número de pessoas que a gente consegue abordar e acolher. Esse é o primeiro item. Segundo, a gente também precisa olhar para um crescimento que a gente teve, e, quando o Cícero falou do início do movimento em Porto Alegre, eu lembrei – eu já estava naquele período em algum espaço da cidade em gestão em Saúde – muito bem do movimento “Se esta rua fosse minha”. O movimento que foi super importante e que a gente, enquanto saúde, também buscou muito e trabalhou dentro das nossas equipes. Ao longo desses anos, a gente teve muitas mudanças no processo da prestação de serviços de saúde na Atenção Primária especialmente e dentro das nossas Unidades de Pronto Atendimento. Então hoje a gente ainda precisa sensibilizar, e eu acho que isso é uma obrigação permanente da nossa parte enquanto gestão, que é sensibilizar os nossos trabalhadores para que o atendimento da pessoa em situação de rua seja porta aberta em qualquer ponto da cidade. Na semana passada tivemos uma audiência no Ministério Público onde tratamos justamente desse tema, da sensibilização das nossas equipes. Tivemos uma nova contratualização na cidade de Porto Alegre a menos de três meses, então a gente também teve uma mudança no quadro de pessoal e estamos também buscando esse trabalho junto a todos. Em relação às interações sem documentação, isso já existe uma tratativa do próprio Ministério Público onde proíbe esta atitude por parte dos hospitais. Acho que tão logo também o comitê esteja restabelecido, este é um fórum que tem que está sendo feito esta discussão. Então, hoje, é importante que todos saibam que já houve uma intervenção do Ministério Público...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Doutora, qual é a proibição do MP?

SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ: De a pessoa não internar ou não ficar em observação pelo fato de ela não estar acompanhada.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Ou seja, desobriga o acompanhamento.

SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ: Desobriga o acompanhamento no caso de maior de idade, não precisa. Eu acho que isso é importante que se busque para trazer em que unidade está acontecendo isso, em que hospital está acontecendo isso para que se possa também ampliar essa questão do trabalho. Porto Alegre hoje tem 350 equipes de saúde distribuída em 134 casinhas, todas elas devem receber as pessoas em situação de rua, todas elas. Então a gente sabe que às vezes a pessoa que está em situação de rua não vai fazer uma ouvidoria, ela não está tão organizada para isso, mas quem tiver mais em condições de auxiliar que essas denúncias cheguem até nós quando isso não acontece. Quando a gente fala das pessoas em situação de rua, a gente precisa sempre pensar que nem tudo é feito por decreto, a gente tem que investir sempre, claro que aqui falta política de educação, como é que a gente trata lá na escola a nossa criança pequena que amanhã vai ser a professora, o professor, o assistente social, o médico, o profissional da Guarda Municipal ou da Brigada, como é que a gente lida com esses preconceitos. A gente está falando de uma coisa que é sensibilização também, a gente tem que ter legislação, a gente tem que ter trabalho, tem que ter orientação escrita, formalizada, mas é uma sensibilização permanente que precisa começar lá na escola infantil, é aquela mãe que está levando o filho para escola e quando passa no lado de uma pessoa que está dormindo na rua, ela aperta a mão do filho como se fosse um perigo que o filho tivesse passando.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Dra. Vânia, até para, talvez, perguntar o que muitos têm dúvida também, a partir de mim mesmo, o tempo não é tão logo, se a senhora pudesse falar alguma coisa sobre o SAMU e o atendimento em questões de saúde mental, seria importante, se possível.

SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ: Está bem. Não vou conseguir falar muito do SAMU que é uma outra diretoria, mas o que eu posso dizer que está na nossa

diretoria a parte da política da pessoa em situação de rua que ela ultrapassa o posto de saúde. Então se busca trabalhar essa sensibilização também de outros serviços nesta abordagem. A situação da saúde mental nós temos vários pontos frágeis para toda população e infelizmente a gente sabe que nas pessoas em situação de rua é muitas vezes mais frequente, e a professora trouxe aqui, inclusive, no grupo. Tem-se tentado, cada vez mais, trabalhar de forma integrada, acho que a grande maioria aqui sabe que nós tivemos uma troca, o nosso secretário, a exemplo de mim, estamos a menos três semanas dentro da Secretaria de Saúde e a gente reafirma nosso compromisso com as equidades, essa busca desse olhar diferenciado e dessa necessidade de a gente ampliar esse trabalho. Não posso responder diretamente pela outra diretoria, mas certamente, em nome do secretário, eu posso dizer de que a gente está sensível a essas situações e que nos procurem, que cheguem até nós. Estão aqui a Veridiana e a Andrea que circulam, que são bem conhecidas com os grupos, que essas questões cheguem até nós para buscarmos, realmente, a melhor maneira. Estamos muito sensibilizados com a situação, sabemos que temos enormes fragilidades, mas estamos dispostos a trabalhar de forma intersetorial porque a saúde é só a ponta deste *iceberg*. Quando uma pessoa chega num sofrimento em saúde mental que tenta suicídio, ela já foi privada de todas as outras coisas antes na maioria das vezes. Estamos abertos, estamos prontos para tentar amenizar este sofrimento.

SR. EDISSON CAMPOS: Se me permite, Doutora, uma perguntinha: a Portaria 940 continua valendo?

SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ: Sim, continua.

SR. EDISSON CAMPOS: Mas não está funcionando. Muita gente não conhece, acho que vamos ter que colocar mais avisos, porque não estão acionando. Em quaisquer outros lugares tem muita reclamação que essa Portaria não existe.

SRA. VÂNIA MARIA FRANTZ: Eu já assumo aqui o compromisso de a gente melhorar a nossa comunicação junto aos nossos trabalhadores. Nós temos uma rede hoje bastante mista, são vários prestadores, mas eu já assumo o compromisso de que em 30 dias isso vai estar em todos os serviços de saúde.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): O Sr. Marcelo do Nascimento Silva está com a palavra.

SR. MARCELO DO NASCIMENTO SILVA: Cumprimento todos da Mesa e os presentes. Sou Comandante da Guarda Municipal de Porto Alegre, trabalhar no serviço público é um grande aprendizado. Evidente, é lógico, que nós já erramos muito no atendimento especificamente falando sobre os moradores em situação de rua. Não se tapa o sol com peneira grossa, mas nós estamos aprendendo num lento e custoso processo a como lidar com todos os problemas sociais da cidade. Isso não é uma coisa singela. Mas eu confesso para vocês que me surpreende isso, porque a última denúncia que chegou de algum tipo de agressão da Guarda Municipal em relação aos moradores em situação de rua foi há muito tempo, através do Ver. Matheus Gomes inclusive, num vídeo que foi publicado nas redes sociais, e no final não mostrou o guarda fazendo nada, mas eu peço a vocês, por favor, se houver algum tipo de abuso de denúncia, de má conduta de algum servidor nosso, olha nós temos uma corregedoria muito atuante. A Defensoria Pública está aqui? Eu recebo, com alguma frequência, denúncias de abusos, de agressão, de prisões efetuadas pela Guarda de traficante, de ladrão. Por que eu não recebo de moradores em situação de rua? Se não tem os meios de denunciar, por favor, utilizem os meios que vocês têm.

(Manifestação fora do microfone.)

SR. MARCELO DO NASCIMENTO SILVA: E por que vocês não denunciaram?

SR. ISRAEL DA SILVA: Eles denunciam, é retaliação depois, Comandante.

ORADOR SEM IDENTIFICAÇÃO: Vereador, eu não posso ficar, mas tem como colher esses depoimentos e passar para mim depois?

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Claro, veja só, o Israel, por coincidência, estava inscrito, eu anunciei isso. Então, Israel...

SR. MARCELO DO NASCIMENTO SILVA: Não, espera aí, só um pouquinho, eu não estou dizendo que está acontecendo ou não.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Não, esse depoimento é importante, apenas peço que coloquem ali rapidamente o microfone sem fio, só um minuto, Sr. Nascimento. Cadê o microfone sem fio? Porque senão falar no microfone, não fica registrado.

SR. ISRAEL DA SILVA: Prazer, meu nome é Israel, eu moro na rua, faz cinco meses que eu estou na rua e cada vez que eu durmo numa praça... Eu só não sei o nome porque faz pouco tempo que eu estou na rua, estou há cinco meses. Eu tinha documento, ganhava dinheiro do Auxílio, pode ver, eu ando arrumado. Eu usava drogas, graças a Deus eu conheci o meu irmão aqui, o Cícero e graças a Deus eu estou liberto da droga, eu vou na igreja, o Cícero sabe, a dona sabe. Eles me vêm arrumado e acham que eu sou traficante, que eu estou dormindo na praça, eles me dão pau e dizem que eu sou traficante. Não é porque nós somos moradores de rua que nós temos que andar fedendo ou desarrumados.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Israel, Guarda Municipal ou Brigada?

SR. ISRAEL DA SILVA: Não, foi a Guarda Municipal que rasgou meus documentos, ali na Farrapos. Eles nos veem arrumadinhos, de mochila e acham que nós estamos saindo a roubar. Não é, nós estamos saindo para pedir um rango para nós nos alimentar, para não roubar, para não traficar, nós precisamos alimentação para comer, porque o governo está ganhando dinheiro para isso,

para nos ajudar, e nós estamos dormindo embaixo do viaduto, eu durmo lá na Av. Assis Brasil. Se vocês passarem lá de noite, vão me ver dependendo, ajoelhando, pedindo uma alimentação para comer. Eu vou nos albergues, mas não tem vaga, porque eu sei que, se tivesse vaga, o meu nome estaria lá, mas eu cansei de albergue. Eu fico ali no CAPS o dia todo e eu vou de noite descansar, o dia todo eu passo no CAPS, passo no Pop para tomar um banho,, para comer um café. No CAPS eles me dão alimentação, às vezes me dão um rango para levar. Imagina se não tivesse o CAPS, a gente ia passar fome, se não tem o Pop, a gente ia passar fome, mas o resto não estão nem aí para nós que moramos na rua. A Brigada e a Guarda Municipal só sabem bater na gente. Eu acho errado isso, eu tinha documento, eu ganhava Auxílio, agora faz três meses que eu não ganho Auxílio. Eu fui olhar esses dias e tiraram todo meu Auxílio. Eu acho errado. Era isso o que eu tinha para falar.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Israel. Eu vou te passar, Beijo, mas a Veridiana Machado está inscrita, não sei onde ela está, a Simone Machado e nosso Português, o Alexandre da Silva. Já vou passar para vocês, mas o Beijo me pediu um minuto. Eu vou dar um minuto antes para o Beijo e já passo para vocês.

SR. EDISSON CAMPOS: Essa tua pergunta foi muito coerente para nós, porque eu fico pensando assim, eu quero saber qual é a garantia que você vai dar para nós, se a gente denunciar?

SR. MARCELO DO NASCIMENTO SILVA: A lei.

SR. EDISSON CAMPOS: Se a lei chega agredindo a gente, chega batendo na gente, chega tirando da gente tudo o que temos...

SR. MARCELO DO NASCIMENTO SILVA: Não é a lei que faz isso com vocês, é o mau servidor.

SR. EDISSON CAMPOS: Eu vou te responder. A maioria da gente dorme sempre no mesmo lugar. Se denunciar, tem que denunciar o número da viatura, tem que denunciar o nome do brigadiano, tem que denunciar o lugar que foi abordado, agredido. As pessoas vão saber que a gente vai estar dormindo lá de novo, se a gente denunciar... Já teve o caso do Wagner que a gente teve que dar proteção, porque eles estavam tudo aqui na audiência, olhando o cara, e nós tivemos que dar proteção e mandar ele para Canoas. Então, eu quero saber qual é a garantia da denúncia. Saber que depois tu vais estar em casa de noite, que não vai trabalhar de noite e os que trabalham de noite vão lá agredir. E nós vamos denunciar para quem? Porque a gente tem opressão.

SRA. CRISTINA DAL SASSO: Existe a possibilidade da denúncia anônima? Porque agora existe a denúncia anônima, daí o morador, de repente, não precisa se identificar e faz anonimamente e, de repente, esse medo, esse receio de retaliação...

SR. EDISSON CAMPOS: As pessoas têm medo de dizer que moram na rua por causa da opressão. Teve uma audiência que a gente fez com a Brigada e com a Guarda Municipal, e eles já estavam esperando ali na rua, o rapaz aqui dentro. Acabou a audiência pública e o que aconteceu? Parou uma caminhonete da Brigada Militar na frente do albergue, onde os guris já estavam para entrar e cagaram os guris a pau. Então essa é a denúncia que a gente vai fazer para tomar opressão? Eu queria saber qual é a garantia que dão para nós, se a gente for lá denunciar? Eu quero saber, porque é tão fácil falar que não tem denúncia, te coloca no meu lugar.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Antes do oficial responder, ele vai responder. Pega o microfone sem fio, por favor, a Simone pega o microfone sem fio. Mas foi importante a intervenção, oficial Nascimento, da Dra. Cristina Dal Sasso, porque a OAB pode ser mediadora daquilo que coloca aqui o Edisson, o Beiço, pode ser mediadora. A Comissão Sobral Pinto que, aliás eu integrei há

anos, na OAB, antes de a senhora nascer, certamente, e sempre foi um orgulho, era período da ditadura militar, não era fácil, o nosso comandante lá era o falecido Goulart Filho, uma lenda dos Direitos Humanos, mas a sua comissão funciona muito, e talvez ela seja a mediadora das garantias de quem vai denunciar. Eu vou passar para Simone, mas um minuto para a Dra. Cristina.

SRA. CRISTINA DAL SASSO: Só para então falar a respeito das garantias constitucionais. O art. 5º da Constituição, em princípio, ele veda o anonimato, então a denúncia, a princípio, teria que ter alguém assinando embaixo, mas em relação à segurança jurídica das pessoas, existe a possibilidade de denúncia anônima em muitos canais de instituições. Eu sei que o Ministério Público tem um canal de denúncias anônimas, onde o cidadão comum não necessita se identificar para relatar fatos de abusos que o cidadão sofre. Não sei se são todas as instituições, até o representante da Guarda Municipal pode falar se na Guarda Municipal existe a possibilidade da denúncia anônima.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): A minha pergunta é se na OAB existe.

SRA. CRISTINA DAL SASSO: Canal de denúncias? Existe canal de denúncias para a Comissão de Direitos Humanos, a pessoa pode solicitar o sigilo. Então vai ser consultado, conversado, mas existe um canal de denúncias também.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Isso é muito importante, muito obrigado.

SRA. CRISTINA DAL SASSO: E hoje em dia, frisando, vereador, existem várias instituições onde podem ser feitas as denúncias de forma anônima, ou seja, o denunciante não necessariamente precisa se identificar e dizer quem ele é, dizer seu RG. Ele denuncia os fatos, se ele tiver o mínimo de provas, ou seja, uma filmagem, uma foto melhor ainda, para então dar o início a uma investigação. Mas existe então, só para confirmar, essa possibilidade para que a pessoa que tem receio de retaliação não seja identificada.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): A Sra. Simoni está com a palavra. Dois minutos e meio.

SRA. SIMONI GONÇALVES MACHADO: Boa tarde para todos, eu sou jornalista do Boca de Rua, várias vezes os guardas municipais tiraram as minhas coisas ali do Shopping Praia de Belas, tanto a Guarda Municipal quanto a Polícia tiram as coisas do morador de rua, quebram pau e dizem que tem droga. Mas nós não somos bichos, somos gente. Hoje eu estudo no EPA, faço a quinta série no EPA, eu sou jornalista, se eu tiver que fazer a denúncia do guarda municipal, eu vou fazer, porque eu acho um absurdo o que eles fazem com o morador de rua, tiram as coisas do morador de rua. É errado o que eles fazem, eles mandam a Cootravipa tirar e recolher as coisas do morador de rua. A gente não é bicho, somos gente. É isso o que eu queria deixar aí.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Simoni. O Alexandre da Silva, o Português, uma figura conhecida e respeitada.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Eu sou o Português, o nosso trabalho é muito interessante. Eu tenho o meu celular e eu filmo, eu vou aonde está o morador de rua, chama no áudio as pessoas, é muito interessante. A Guarda Municipal tira os pertences do morador de rua, chegam, o cara ofereceu uma bandeja de salgadinho para o cara, e o cara puxou o *laser* para o cara, eu vi, nós estávamos todos juntos. Eu disse: “Vamos lá ver”. O Cícero não queria ir, e eu falei: “Vamos, Cícero, vamos, vamos que o guarda municipal puxou o *laser* e aquela arma pesada que eles têm”. Tem que respeitar os moradores de rua, se não respeitarem, nós vamos agir também, não tem essas aí. Não, nós vamos agir também, é verdade que nós vamos agir. E está errado...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Nós estamos cansados, nós vamos agir. Não tem guarda municipal mais, não tem, eles estão se prevalecendo do morador de rua e estão nos batendo. Inclusive eu fui preso, que é outra coisa, esses tempos eu fui lá para a triagem, eu estava sozinho, e o trabalho é muito interessante, eles não... (Ininteligível.) ...batendo em morador de rua, levam para o postinho, a guarda municipal não usava arma antes, nem usava arma nenhuma...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ALEXANDRE DA SILVA: E leva o morador de rua lá para o “esquisito”, eu sei que estão levando o morador de rua, estão matando os moradores de rua lá no “esquisito”, leva os em situação de rua, botam na caminhonete e chutam os moradores de rua como um porco. É verdade.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Está bem, foi dito. Obrigado. Vou passar de volta, depois vou liberar o oficial Nascimento, que é o comandante da Guarda Municipal; por favor, está com a palavra.

SR. MARCELO DO NASCIMENTO SILVA: Bom, eu não sei se eu vou falar aqui vai ter algum eco, mas não importa, eu estou acostumado...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Estará na nossa ata.

SR. MARCELO DO NASCIMENTO SILVA: A minha vida inteira eu sempre fui acostumado a ter que fazer além, mais do que os outros, para ter as conquistas que eu tenho.

Ninguém compactua com a ação do servidor, ninguém faz concurso público, ninguém entra na carreira pública para maltratar pessoas; se isso tem acontecido, está errado, não podemos deixar que isso continue acontecendo. Vocês têm o melhor canal de comunicação com a Guarda, que é o Cícero. O Cícero tem meu telefone, pode me ligar direto. Eu não me fiz entender, quando

eu disse que eu não recebi denúncias, eu não disse que não acontece, eu disse que não chegou para mim. Como é que eu vou agir se eu não estou sabendo o que está acontecendo? Nós estamos respondendo um processo na Justiça Federal justamente para alinhar as ações com a assistência social, para que as questões relacionadas a moradores em situação de rua tenham um encaminhamento, de fato. Aí eu deixo, vereadores, um desabafo como cidadão: eu ainda quero participar de uma reunião onde sejam discutidas ações para que se resolva a situação das pessoas em situação de rua, porque tão degradante quanto o tratamento que elas recebem da sociedade é elas continuarem na situação em que elas estão. Toda reunião que eu vou, seja no governo, aqui ou em qualquer lugar, a gente fala em dar comida, a gente fala em dar abrigo, a gente fala em tudo, mas eu não eu não vejo ninguém falando em como se tira essas pessoas dessa situação. Aí acontece tudo isso, a vida na rua é selvagem, vocês sabem melhor do que nós. Então, por favor, se tem algum erro nosso, denunciem, nós não somos inimigos; a segurança pública é para defender direitos, não para tirar direitos, e se tem alguém fazendo errado na rua, eu vou ser o primeiro a cobrar dele. Eu já puni servidor por ter batido em traficante, não vou punir servidor por estar batendo em morador de rua, que não é bandido? Por favor, pessoal, eu peço: denunciem. Vocês não estão errados fazendo denúncia. Vocês têm medo? Todo mundo tem medo, até eu tenho medo, ando armado na rua, porque eu tenho medo, sim, compreendo isso, mas isso não é motivo para se perpetuar algum tipo de situação que vem acontecendo e que não é de agora. Existem moradores em situação de rua no mundo inteiro, se fores a Paris, vais encontrar moradores em situação de rua, mas isso não significa que a gente tenha que se acostumar com a situação que a gente está. Então, por favor, vereadores, um dia eu quero participar de uma reunião onde a gente discuta medidas, de fato, para que as pessoas saiam da situação em que se encontram, e não que a gente perpetue isso. Falei com uma colega, professora do EPA: "Se algum dos seus alunos falar de novo que foi agredido por algum guarda, a senhora, que é do Município, pode falar diretamente com a sua secretária, ela vai falar com o meu secretário, que vai falar comigo e eu vou

resolver a situação”. Nós estamos trabalhando, todos os dias, para resolver os problemas da cidade, que são muitos; aí eu venho para a reunião e não estou sabendo que eu estou agindo errado! Como é que eu vou resolver o problema?

SR. CÍCERO ADÃO GOMES: Na real não é tu que age errado. Tu é o último a saber. (*sic*)

SR. MARCELO DO NASCIMENTO SILVA: Não! Falou em Guarda Municipal sou eu, porque eu estou à frente.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Sim, é o comandante.

SR. MARCELO DO NASCIMENTO SILVA: Nós passamos, Cícero, não sei quanto tempo lá na justiça fazendo um trabalho de imersão, fazendo um trabalho de conhecimento, como é o nome? *Design thinking*, para tentar agir da melhor forma possível, para tentar resolver as questões de fato dos moradores em situação de rua, e eu achava que estava dando certo. Agora descobri que não está! Israel é teu nome, não é? O guarda rasgou teu documento? Isso é crime!

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. MARCELO DO NASCIMENTO SILVA: Isso é crime!

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Quem está com o microfone sem fio, coloca ali, senão você não fica na ata! Não me adianta, eu perco a informação, Nascimento.

SR. ISRAEL DA SILVA: Eu ganho dinheiro do governo, eu tenho que andar bonito, porque o governo me deu dinheiro. Aí eles me pegaram dormindo, me botaram no paredão é disseram que era abordagem. Ele disse: “Ô meu, tu tá

roubando aí”. “Senhor, não, sou morador de rua”. “Tu tá muito bonito”. “Tá, mas morador de rua tem que andar fedendo, tem que fazer o quê?” (*sic*)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Israel, informa o local, porque tu informaste fora do microfone.

SR. ISRAEL DA SILVA: Não sei o nome, que eu... Praça Pinheiro Machado.

SR. MARCELO DO NASCIMENTO SILVA: Israel, olha só, nós não admitimos esse tipo de situação. A Guarda Municipal, os vereadores sabem, este numa luta grande para desenvolver a instituição, para aperfeiçoar a nossa forma de atuação, para nos inserimos de forma correta no sistema de segurança pública, e esse tipo arcaico de abordagem é do século passado, nós não admitimos mais esse tipo de situação, por isso a gente precisa, sempre que houver algum tipo de abuso... Se vocês não confiam em nós, confiem nisso aqui, porque eles têm um meio de fazer chegar até a gente.

SR. ISRAEL DA SILVA: Mas sabe o que é o meu medo? Eu falar esse bagulho que nem eu falei hoje, e amanhã eu aparecer morto! Tu sabe muito bem, eles podem me botar dentro do carro e atirar, viu? Dar um tiro na minha cabeça e aparecer uma arma: “Viu, ele tentou atirar em mim”. (*sic*)

SR. MARCELO DO NASCIMENTO SILVA: Israel, em verdade eu te digo: sabe quando foi a última situação...

SR. ISRAEL DA SILVA: Eu não confio em ninguém, não confio, o único cara em quem eu confio é Deus, porque no resto, eu não confio em ninguém. Eu já passei muito tempo, eu já vi polícia matar gente, eu já vi por isso. Eu não confio em ninguém, por isso meu medo, eu vi por botar a cara mesmo, eu sofri esse abuso e pior que hoje em dia eu não tenho documento, hoje dia eu podia conseguir um serviço.

SR. MARCELO DO NASCIMENTO SILVA: Israel, me diz uma coisa: como é que eu posso te ajudar?

SR. ISRAEL DA SILVA: Agora não tem como me ajudar, já era, não tenho mais documento, agora estou correndo, tem que esperar 20 dias para ter um documento. Eu tinha três meses de auxílio, voltou tudo para o governo.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Só um segundo, isso é um prejuízo bárbaro.

SR. ISRAEL DA SILVA: Agora eu não tenho alimentação, se eu tivesse o dinheiro do auxílio, eu tinha uma casa para morar; agora não tenho, eu tenho que depender das pessoas pedindo e da igreja, que passa lá para me dar um prato de comida. Não sei se eu vou jantar hoje.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): A comissão vai tentar, e eu tenho certeza de que o comandante Nascimento vai auxiliar, agilizar esses documentos, porque é um prejuízo insuportável. De fato, a falta de documentos pode levá-lo para a rua, para a fome e para a morte, é verdade.

SR. MARCELO DO NASCIMENTO SILVA: Mais do que isso, vereador, acho que a doutora falou que está à disposição de nos ajudar para fazermos algum curso ou algo que possa nos ajudar na abordagem técnica, nós estamos totalmente à disposição. Assinamos convênio há pouco com a OAB, para que a OAB entre no nosso curso de formação com relação às prerrogativas; não tem problema nenhum se a Câmara quiser nos ajudar também, pode ser intermediador, nós estamos totalmente abertos.

SR. EDISSON CAMPOS: Esse módulo de formação que estão fazendo aí, vai ter alguém da rua? Porque não adianta fazer uma formação sem nós, não adianta fazer nada sem nós que nada vai funcionar, tem que fazer conosco para

gente demonstrar também, porque fazer uma capacitação sem nós, é a mesma coisa de fazer uma capacitação por nada, porque vão fazer a capacitação, mas não vai ter ninguém da rua. Eu acho que é importante, se vão fazer essa capacitação, é ter alguém da rua para participar, para ajudar a ensinar, dar a capacitação também, porque não adianta fazer uma capacitação sem a gente lá.
(sic)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Pode fazer um convênio com a Pastoral.

SR. EDISSON CAMPOS: Eu acho que a capacitação, se colocar eu ou o Cícero – tu tem o telefone do Cícero –, para conversar... (sic)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Construir junto...

SR. EDISSON CAMPOS: E entrar nessa capacitação, porque é assim que acontece: fazem os projetos sem a gente e sai aquilo. Era isso que a gente lutava no comitê, por isso que a gente quer o comitê. A Guarda Municipal ia, de em vez em quando, mas ia, e a gente conseguia parar as remoções. Eu trago essa proposta, que seja encaminhado, que construa com alguém que esteja na rua para poder também capacitar, porque daí, com alguém da rua, vai ser mais fácil de entender o porquê, porque quem entende a rua é a rua.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): O Edisson Beijo colocou bem. Eu tenho que conceder o final, vocês compreendam, ao oficial Nascimento, que tem que falar agora, neste momento.

SRA. CRISTINA DAL SASSO: Respondendo ao Edisson, eu estava comentando aqui com o comandante da Guarda Municipal a respeito desse convênio firmado entre a OAB e a Guarda Municipal. Esse convênio, como o comandante falou, em princípio é pelas prerrogativas e pode vir, futuramente, a

questão dos direitos humanos para o tratamento dos moradores em situação de rua.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Não pode conveniar com a Pastoral?

SRA. CRISTINA DAL SASSO: Exatamente, a gente tem que trazer essa pauta junto ao comandante da Guarda Municipal, junto a OAB, fazer uma reunião conjunta para trazer a comunidade de rua, a Pastoral, para dialogar e para que, então, todos os entes e as instituições entendam a fundo, profundamente a problemática da situação e que todos possam participar, porque, a princípio, o convênio firmado foi a respeito das prerrogativas e etc. Futuramente, podemos vir, então, todos, as instituições, a fazer essa reunião conjunta para que se manifeste o interesse na capacitação técnica em direitos humanos propriamente dita. Eu acho que hoje todos saem desta reunião também bem mais conscientes desses direitos de denúncias anônimas, que é muito importante que toda a população saiba que o receio de que haja retaliação com alguma denúncia pode dissipar, sabendo hoje que a pessoa que faz a denúncia não precisa se identificar. Ela pode vir a usar os canais de denúncia, via telefone ou via *e-mail*, para, então, fazer o relato do caso, o relato do fato para que as corregedorias possam atuar na investigação e apurar os fatos, e futuramente punir os responsáveis caso haja uma apuração de responsabilidade penal.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, eu só quero ouvir a Veridiana para poder liberar o oficial Nascimento, é o pedido dele e o meu compromisso. Veridiana, por favor.

SRA. VERIDIANA FARIAS MACHADO: Gente, é bem importante estar aqui, neste momento, com vocês, falando sobre esse tema sempre tão importante. Eu queria dizer o seguinte: estou de referência na saúde das duas equipes de Consultório na Rua, do centro, ali do Santa Marta. O que acontece? Eu também fui trabalhadora de Consultório na Rua, quem me conhece sabe, e esse serviço

nasce como um dispositivo para atender quem não chega nas unidades de saúde. A nossa luta sempre foi minha junto com vocês, inclusive, que todas as unidades básicas de saúde atendam também a população em situação de rua, os hospitais, todos os níveis de atenção. Então, eu queria me colocar pessoalmente à disposição, enquanto trabalhadora que conhece as pessoas em situação de rua. E também quero dizer que duas pessoas estão ficando ali na base, justamente para poder... Vocês podem bater lá na porta do Consultório na Rua, que eles vão articular esse cuidado com a unidade básica de saúde do quarto andar, que precisa também atender. O que acontece? Nós temos muitos casos – e não preciso dizer para vocês – de gente em situação de rua que não chegam até o serviço. E o Consultório na Rua é itinerante justamente para chegar nessas pessoas. Outra coisa que eu queria divulgar são as oficinas que a gente está oferecendo, de fotografia, de costura – está aqui a Andrea também – e o Consultório na Rua vai abrir uma outra oficina, que vai acolher mais pessoas em situação de rua, que são dispositivos importantes para a gente poder inserir, ampliar o acesso ao tratamento de tuberculose. A gente está com uma planilha de busca, de abandono, porque a gente sabe que a tuberculose é imensa nessa população. Quando eu cheguei ali, eu disse: “Eu sei que tem um monte de pessoas, mas quem são essas pessoas?” E a gente, junto com a Vigilância Sanitária, fez uma planilha para saber quem são, por onde elas andam, para as equipes da abordagem e da saúde poderem chegar e dizer: “Olha, tem um abandono assim, é uma pessoa tal.” É uma pessoa, não é um número. Então, como protocolo do SAMU também, a gente está fazendo um protocolo, em que a gente conseguiu incluir, como urgência e emergência, a exposição física e moral para a população em situação de rua. Então, está entrando na vida isso, a gente mudou todas as equipes. Então a gente vai agora, de novo, revitalizar a Portaria nº 940, as coisas que precisam estar trabalhando, no miudinho, sempre. E conto com você, coloco-me à disposição para vocês poderem vir e dizer: “Batam lá no quarto andar.” E o Edisson sabe, o pessoal sabe ver que está acontecendo isso. A Jaque, quantas vezes a gente estava lá, eu estava nessa sexta lá com a professora, tentando facilitar o acesso dessa

pessoa na emergência. Então, eu me coloco à disposição aqui para que a gente construa juntos. Acho que o comitê precisa, sim, retomar, porque a gente tem aí a questão dos redutores de danos, que ainda não vieram, que estão para vir, e este é o último ano. E a gente vai ter que discutir, inclusive, isso, que inclusive metade desses redutores de danos são pessoas que têm trajetória de rua e uso de álcool e drogas, que vão estar no território juntos, falando a mesma língua, que essa é a luta de todo mundo para que se constitua. Então, estou aqui, coloco-me à disposição, e está aqui Andrea também, que está compondo comigo ali, na área técnica de saúde da Pop Rua. Obrigada.

SR. ELTON BOZZETTO: Pedro, diante da sua provocação e da pergunta, eu quero colocar a Pastoral, comandante Nascimento, à disposição, junto com a OAB. E a Pastoral vai ombrear com vocês essa construção. De pronto, agora, nós nos colocamos à disposição, para juntos, nesse coletivo que nós temos, trabalharmos juntos essa proposta de humanização e direitos humanos na abordagem à população de rua.

SR. MARCELO DO NASCIMENTO SILVA: Uma das coisas que a gente aprende é que sozinho ninguém consegue, então, toda ajuda é bem-vinda. Para concluir, vereadores, se eu me exaltei aqui, eu peço desculpas, mas é que eu fiquei profundamente incomodado com isso. Sinceramente, eu achava que a gente estava ajudando – estou sendo sincero –, mas eu estou vendo que há um problema na rua que a gente precisa resolver. Se tem um problema, a gente resolve. Vamos sentar, vamos conversar, porque nós não somos inimigos, se vocês nos têm como inimigos, não nos vejam como inimigos por causa da má conduta de A, B, C ou D, não é isso que nós queremos. Nós queremos que vocês nos procurem, que a gente ajude vocês, porque, afinal de contas, o problema de morar na rua, além da segurança, diz muito respeito à dignidade humana, e isso a segurança pública, na sua essência, é: a garantia de direitos, a garantia da dignidade humana. Se nós não estamos fazendo, nós estamos falhando. Uma polícia, uma guarda moderna, que é o que nós queremos, que é o que a gente

almeja, defende as pessoas, não é repressiva. Então, por favor, se nós temos abusos, como vocês estão falando aqui, em nome da instituição, como comandante dela, eu peço desculpas, embora não adiante nada. Vamos continuar trabalhando cada vez mais para que esses abusos cessem, mas eu preciso que isso chegue até nós. E todas as formas que nós tivermos de evitar isso, seja através de parcerias, de cursos, de aprendizagem, o que precisar, a gente vai fazer.

SR. EDISSON CAMPOS: Aquele dia que estava tendo a reunião, a que a gente fez lá debaixo do Viaduto da Conceição, a gente fez a reunião e abordagem aconteceu naquele dia. Só que daí eu quero entender como é que a gente vai enviar as provas? Porque aquele dia o Cícero foi tirar foto, foi filmar, os guardas quase o levaram por desacato. Aí eu faço esta pergunta: como a gente vai conseguir pegar essas denúncias, se quando a gente vai tirar uma foto, a gente vai ser intimado como desacato à autoridade? Aí também eu te trago esta questão: como é que a gente pode isso, se a gente está trabalhando, se a gente está correndo atrás de fazer essa boa vontade, que é como se falam que a gente está sempre correndo atrás, e vai tirar uma foto e chega a Guarda e afala se a gente fizer isso, a gente vai fazer um desacato à autoridade e vai para delegacia assinar um boletim? Aí eu queria também saber: como é que a gente faz essas fotos sem ser intimado? Eu estou trazendo isso...

SRA. CRISTINA DAL SASSO: Eu vou responder, de imediato, o que o Beijo pode fazer.

SR. EDISSON CAMPOS: Eu só estou trazendo esse retorno, porque aconteceu com a gente naquele dia na reunião, aí estou trazendo o retorno.

SRA. CRISTINA DAL SASSO: Eu vou falar aos colegas, depois, em situação de rua. De imediato, já que não tem câmeras no uniforme hoje, mas como se pode fazer? A gente sabe que em toda Porto Alegre, o comandante Nascimento está

aqui para dizer, tem câmeras, então, pode-se dizer que na rua tal existe a câmera tal que pegou o fato. Ou, então, tenta gravar de um modo que ninguém veja que esteja sendo gravada determinada situação, mas existem meios, sim, não precisa gravar ostensivamente, mas alguém pega, sai e grava, porque tudo, em direito, em justiça, é questão de prova. Então, existe a questão de ter que provar o fato. Então, se não tem, no momento, como fazer a filmagem ostensiva, vai para um canto e pega aquela prova. Ou, então, as câmeras das ruas, Porto Alegre é cheio de câmeras, principalmente no centro da cidade, pode dizer perto da câmera tal, da rua tal, esse seria um meio de, de repente, conseguir maiores provas sobre os fatos.

SR. MARCELO DO NASCIMENTO SILVA: Com relação às câmeras, nós adquirimos 160, no ano passado, mas deu problema na licitação, a gente não pôde pegar. Iniciamos o processo de compra de novas câmeras corporais para que nós termos, cada vez mais, transparência e lisura. Nós temos câmeras nas nossas viaturas, e elas já provaram que o guarda estava errado e já provaram que o guarda estava certo. Então, a transparência é pública, não há problema nenhum. Nós precisamos ter, cada vez mais, lisura até para legitimar o nosso trabalho na rua. Quanto às parcerias, nós temos a FASC, a Secretaria de Desenvolvimento Social, que são as entidades fins desse tema, como não é a nossa área, a nossa área é a segurança, nós nos colocamos à disposição deles, façam essa interlocução, nós vamos estar à disposição, juntos, para sentarmos e acharmos a melhor forma de abordagem, a melhor forma de tratarmos esse problema. Nós estamos, como eu falei para vocês, num eterno aprendizado. O Cícero me mostrou isso, quando nós estávamos fazendo *design thinking* lá, não há uma solução única para a questão dos moradores em situação de rua. Cada um é um universo em si, cada um tem a sua história, cada um tem a sua situação, então não existe uma solução, de forma coletiva, para todos. E dentro desse tratamento, nós precisamos ter a compreensão da questão social da pessoa, é isso que a gente está trabalhando. Por isso que eu fico brabo quando eu vejo que na rua não está sendo colocado em prática aquilo que a gente está

aprendendo lá atrás. Então, por favor, eu sei tu não confias em ninguém, mas, de alguma forma, nos ajuda a não cometermos esse erro de novo.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): E precisa de documentos. Comandante Nascimento.

SR. MARCELO DO NASCIMENTO SILVA: Desculpem por tudo que a gente tenha feito de errado na rua, e contém com a gente para melhorar no que for preciso. Está bem?

SR. EDISSON CAMPOS: Antes da tua saída, quero fazer só uma pergunta: como é que acontecem as remoções? Só para entender, porque a gente se coloca à disposição também no momento que for ter uma remoção, tu tens o contato do Cícero, entrar em contato com o Cícero, para a gente poder ir lá conversar com aquelas pessoas, para não acontecer com truculência as abordagens e as remoções, porque eu acho que a gente também pode entrar e fazer isso e conversar com a galera, mas a gente também precisa ter uma resposta. Porque as remoções estão acontecendo direto e não avisam ninguém. Sabe por que eu acho? Tu falaste que tem a parceria com a FASC, a FASC é um serviço de assistência social, então ela não pode ir lá e fazer a abordagem junto, fazer a remoção junto, porque daí está quebrando o protocolo do serviço de assistência social.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Como é que funciona?

SR. EDISSON CAMPOS: Quer ajudar, é trabalhar, é recuperar a pessoa, porque eu não sei falar a palavra certa. Eu acho que é assim que funciona. Porque eu só estou trazendo essa parte de a gente também poder agora, conhecendo o senhor, para nós podermos dialogar. Porque não adianta eu ir conversar com... Como ele falou, o senhor é a patente maior. Agora, se eu vou conversar com o

guarda, o guarda não quer saber que o senhor é a patente maior. Entendeu? Ele está trabalhando ali na hora. Isso já aconteceu várias vezes.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Beição. A Michele está com a palavra.

SRA. MICHELE APARECIDA DOS SANTOS: Sou do Boca de Rua. É um minuto para dizer uma coisa para o guarda municipal: eu acho que uma coisa para isso não acontecer, eu acho eu acho que a Guarda Municipal – você que é o comandante – tinha que orientar eles a não baterem nas pessoas, principalmente nos moradores de rua. Entendeu? Eles são orientados a proteger a cidade, defender a cidade; não chegar batendo nas pessoas, principalmente se for morador de rua. O que eles mais gostam de fazer é isso: bater nas pessoas. Obrigada.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Michele. Antes de passar a palavra para a FASC, e tem várias outras situações aqui, eu tenho que cumprir com o meu compromisso de horário com o Comandante Nascimento.

SR. MARCELO DO NASCIMENTO SILVA: O protocolo... Nós não removemos pessoas. Nós não fazemos isso, de forma alguma. A Patrícia vai falar, ela pode falar de forma mais detalhada sobre o protocolo, mas a ordem é só agir após o trabalho da FASC. Está bom?

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Comandante. Nós teremos mais contatos. De imediato, em função do horário, agradecendo a presença, passamos a palavra à Patrícia Mônaco, da FASC.

SRA. PATRÍCIA MÔNACO: Primeiro, eu queria falar da satisfação que é... Quando eu cheguei aqui eu fiquei olhando para todo mundo e pensando assim: seja na discordância ou nas concordâncias, a gente sempre se encontra em

algum lugar. Gabriela, Jacque, eu acho que quase todos nós nos conhecemos por nome, por trabalho, a Veridiana, os guris, a Michele, a Karen. Então, isso diz alguma coisa da cidade de Porto Alegre. Quando eu entro aqui e vejo pessoas que eu conheço há uma vida inteira, às vezes a gente está disputando coisas diferentes, às vezes a gente está disputando a mesma coisa, isso diz da cidade de Porto Alegre algo que para mim é muito interessante. A gente mantém a permanência de uma luta e de conhecer a causa que a gente conhece, que é a da população de rua, que às vezes nos coloca em lugares diferentes, mas o objetivo é sempre o mesmo. Então, eu gostei muito quando a Jacque disse, ou o Nascimento, mas a Jacque também, que a gente veio aqui falar de alguma coisa que não está legal, mas o nosso objeto é o mesmo, acho que inclusive o do Comandante Nascimento. Porque daí também eu quero trazer outros relatos, e a Veri vai concordar comigo, a gente tem estabelecido protocolos de cuidado da população de rua justamente com a Guarda Municipal. A gente chama o pessoal da Guarda quando temos situações muito graves, de pessoas que se colocam em risco e que a gente precisa, sim, da contenção, para que aquele sujeito seja protegido. A gente tem contado inclusive com a Guarda Municipal. Não vou falar em nomes aqui, mas muitas pessoas em situação de rua... Porque nós, que estamos aqui, e a população que aqui está, os guris, o Cícero, Michele, o Português, vocês vêm de um movimento de luta, que foi a luta que fez crescer. Não foi o abrigo, não foi o albergue, não foi o consultório na rua; o que fez as pessoas estarem aqui, o Cícero, é a luta que estabeleceram e o quanto se colocaram no lugar de sujeitos. E acho que a gente, aqui, está fazendo isso. Quando a Veridiana está lá na Saúde, é a voz da população trabalhando, por mais dificuldades que a gente também tenha, como trabalhadores, a gente está lá dentro brigando por isso. A mesma coisa para o Nascimento, que eu particularmente conheço e acho que vem de boa intenção, quando ele diz assim: "Também nos ajudem!" Então, o que eu quero dizer com isso? A Jacque, lá na Escola Porto Alegre, o Renato, que já foi, há tanto tempo, professor e agora não mais, quando nós nos multiplicamos, quando nós somos trabalhadores e nos multiplicamos, a gente também está dizendo alguma coisa para qualquer

governo que venha, seja ele da ideologia que for, da corrente que for, a gente se mantém em alguns lugares e a gente se mantém para ouvir isso que não está bom, mas também para trabalhar, com toda a experiência que a população tem, hoje, pela Pastoral do Povo da Rua, para que a gente volte a experiências que já tivemos, e que às vezes elas se perdem, mas elas não se perdem totalmente, porque nós estamos todos aqui.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Patrícia, resta um minuto. E, se possível, alguma informação, se existir, sobre o aumento do número de vagas em albergues.

SRA. PATRÍCIA MÔNACO: Já vou falar sobre isso então, bem rapidinho. Eu anotei as coisas que o Elton trouxe e que mais pessoas trouxeram também. Censo da população de rua: o último foi em 2016. Sim, a Prefeitura de Porto Alegre possui dados às vezes inclusive discordantes entre si, mas o Censo está saindo justamente para isso. Eu acho que ainda no segundo semestre, agora, o termo de referência já está na rua, isso está contratado com alguma universidade, e a gente vai executar o Censo da população de rua.

Com relação à reinstalação do Comitê PopRua, agora o Nelson Beron, do Desenvolvimento Social, me disse que não tem um processo eletrônico acontecendo, ele não foi ainda operacionalizado, mas o Desenvolvimento Social já lançou isso há mais tempo; agora é nossa tarefa voltar e fazer isso acontecer. Tem que ter; não tenho a menor dúvida disso. Estou aqui pensando, a gente tem, agora, uma ação civil pública que está em nível já de Justiça Federal, enfim, a gente vem falando sobre como é que nós vamos trabalhar para algumas situações em que o espaço público precisa ser desocupado. Isso foi concordância. E não sou nem só eu que estou dizendo, isso foi concordância da sociedade, envolvendo OAB, Justiça Federal, Defensoria Pública, Movimento da população. Como é que a gente faz isso também com a população? Como o Edisson estava dizendo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. PATRÍCIA MÔNACO: Pô, mas a gente trabalhou com isso durante a Copa. Durante a Copa. Então, é isso que a gente tem que voltar a fazer! Está com problema? É a Guarda? É a Brigada? Enfim, a gente tem que voltar a fazer, pegando recursos que a gente já teve nesta cidade. Ninguém inventou por nós; foi feito. A população estava junto fazendo.

Com relação à Operação Inverno e ao aumento de vagas, eu sei que não é suficiente, é fato, mas também acho que a população me ensinou a pensar que não é só abrigo que se quer. Não é só abrigo, nem para todo mundo a moradia serve, nem para todo mundo a moradia é possível. Há pessoas que têm extrema dificuldade no uso abusivo de substâncias, há a questão do transtorno mental e não é uma casa que vai servir. Eu acho que a gente tem que ter o que a gente construiu lá na Justiça Federal: uma variedade de políticas e de ofertas para que se contemple a cada um, no seu momento. Porque não é uma coisa para todo mundo que serve, e a gente sabe disso. A gente que trabalha com a população sabe disso. Então, assim, para a Operação Inverno, e não apenas, o Albergue Dias da Cruz ampliou 10 vagas, hoje tem 100 vagas, na noite passada sobraram 41 vagas, e isso eu digo para vocês porque eu controlo todas as noites. O Albergue Acolher I, que fica lá na Av. Dr. João Simplício, tem 89 vagas, e ontem sobraram vagas também. O Acolher II tem 75 vagas e ontem sobraram vagas também. A gente monitora todas as noites. Bom, aí nós temos que nos perguntar: por que é que a população não está buscando o albergue? Isso é uma outra coisa.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Não tinha esfriado ainda, Patrícia. Agora não vai sobrar.

SRA. PATRÍCIA MÔNACO: Tomara! Tomara! Porque a ideia de ampliação foi justamente essa.

SR. EDISSON CAMPOS: É que talvez a galera prefira dormir nas suas barracas porque tem a questão de se acordar às 5h30min, e às 6h sair no frio e ser jogado para fora.

SRA. PATRÍCIA MÔNACO: Então, a gente está discutindo o modelo e não o número de vagas. Eu acho que é outra coisa.

SR. EDISSON CAMPOS: Então, a gente tem a capacitar isso. Porque eu entendo assim.... Tu sabes, eu não ia para o albergue...

SRA. PATRÍCIA MÔNACO: Eu sei...

SR. EDISSON CAMPOS: Eu entendo assim, para não acordar cedo, sair de uma cama quente, tomar um café quente, e, 5h30min, 6h, no frio do inverno, sair para a rua. Eu acho que tinha que trabalhar, no inverno, com o aumento dos horários nos albergues.

SRA. PATRÍCIA MÔNACO: Já vai aumentar. Só para tu saberes, no Acolher II, na Rua 7 de abril, vai aumentar.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

SRA. PATRÍCIA MÔNACO: São 31 vagas.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): A reunião é para isso, e para ser produtiva.

SRA. PATRÍCIA MÔNACO: É para ser debatido mesmo.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): E tu colocaste de forma muito inteligente as coisas, mas há uma sugestão óbvia: tem que mudar o formato. Não é possível que no verão e no inverno o horário seja o mesmo.

SRA. PATRÍCIA MÔNACO: É o formato.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Isso tem que mudar. Isso não impede o aumento do número de vagas e nem a reivindicação por isso, mas o formato tem que ser mudado urgentemente. Eu também não sairia, eu estou com o Beijo, eu não sairia às 5h30min, às 6h.

SRA. PATRÍCIA MÔNACO: Então, vamos voltar a essa questão de discussão, eu acho que hoje a gente fala, e aí eu digo isso porque sou trabalhadora de muito tempo, a gente fala muito mais do modelo de política que nós temos do que no número de vagas. Eu estou quase chegando a essa conclusão. E aí, olhando alguns processos dos quais nós fizemos parte, pelo menos as gurias da Saúde, o Housing First, a gente fala de um modelo reconhecido, com evidência científica muito legal, que está pautado na moradia, mas ela tem uma outra forma de acontecer. Então eu penso que, hoje, em Porto Alegre, a gente fala muito mais do modelo de política que a gente tem do que da falta de vagas. Porque a gente tem que crescer nesse sentido, não adianta a gente ficar falando em vaga, vaga, vaga e os caras dizendo que não vão para o albergue. Mas e daí? A gente vai investir quanto mais de erário para isso? Então, eu acho que essa é uma primeira discussão: de que modelo de política a gente está falando. E aí, que bom poder ouvir que assistência tem dificuldades, mas sempre esteve junto. Acho que a gente agora tem que falar de outras coisas também e daí só trago o modelo Housing First para que a gente construa políticas, em Porto Alegre, pautadas em evidências. A gente tem que estudar sobre isso. Então, o Abrigo Bom Jesus também, de 50 vagas, passou para 60; o Abrigo Marlene mantém as suas 50 vagas; a Casa Lilás de Proteção à Mulher Vítima de Violência aumentou 14 vagas, agora para a Operação Inverno. E na sexta-feira foi lançado um edital de

uma casa de passagem com 50 vagas, não sei se vocês viram isso. O edital já está na rua, vai-se abrir uma casa de passagem que é um modelo, dentro do SUAS é um modelo tipificado chamado casa de passagem, que funciona 24 horas, com entrada imediata. Então, tem mais 50 vagas saindo aí. Insuficiente ou não, hoje nós temos o maior volume de auxílios-morádias da história de Porto Alegre – são 650 –, só que não é só para a população de rua, mas mesmo assim a população de rua usou bastante. E aí digo que a nossa deficiência vem de outra ordem, por quê? Eu tenho acompanhado – e, claro, como eu conheço o nome das pessoas –, eu tenho acompanhado pessoas que ficaram dois anos em auxílio-moradia, saíram do auxílio-moradia – e todo mundo conhece aqui, não vou falar o nome das pessoas –, estão voltando para a Fundação para um outro modelo, porque é de moradia que a gente está falando, mas não é de uma moradia de dois anos, entende? E a assistência não vai dar conta disso. Então, tem colegas, pessoas que a gente conhece que ficaram dois anos no seu aluguel, bacana, mas aí a gente está falando de trabalho e renda também. A gente está falando que um homem adulto, como o Cícero, não vai ficar a vida inteira num abrigo. Então, de novo, a gente está falando de modelo. A rede ampliou, sim, a gente tem hoje 1.030 vagas de várias modalidades, então, de novo, eu vou dizer, acho que não é uma questão de vaga porque a gente tem vaga sobrando às vezes; é uma questão da modalidade. E penso que é isso, é uma política intersetorial. Quando tu falas, Elton, acolhimento integral, saúde e FASC, é disso que a gente está falando também. Gente, vocês me desculpem, eu estou correndo, mas eu tenho que voltar para a Fundação.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Patrícia. A Sra. Carla Evelise Hendges, da Justiça Federal do Rio Grande do Sul, está com a palavra.

SRA. CARLA EVELISE JUSTINO HENDGES: Um minuto, eu falo sempre rápido. Como o processo da Justiça Federal foi referido, e eu fiquei pensando que foi muito interessante vir aqui, ter sido convidada e poder participar, conheço algumas pessoas de atuação já, como a Rose e outros da pastoral. E eu acho

que a ideia de juntarmos a sociedade, o Estado, como está se falando aqui para ações coordenadas, e isso também não é só a segurança e não é só saúde, não é só alimentação, é toda essa política que sempre foi deficiente, como alguém já disse aqui, chegamos nesse ponto por deficiências anteriores. Então, acho que a melhor maneira de resolver é estarmos aqui, conversando, dar a palavra e nós acertarmos. Como, por exemplo, foi referido que foi feito na ação que tramitou na Justiça Federal, que terminou num acordo muito interessante com multiparticipação, acho que de, pelo menos, 10 ou 12 órgãos, conversando durante muitas semanas sobre as possibilidades de cumprimento e de execução e já homologado até por sentença o acordo já referido aqui. Então, acho muito interessante que se continue isso, que se reflita por aqui presente. (Palmas.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): E eu agradeço a presença, muito obrigado. Eu quero passar a palavra ao professor e vereador, Alex Fraga; tenho algumas inscrições, depois encaminhamentos. Nós já passamos de todos horários possíveis de reunião aqui. Por favor, vereador, professor, e grande amigo, Alex Fraga.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Ver. Pedro Ruas, queria deixar uma saudação para todo mundo que está aí acompanhando essa nossa importante reunião. E eu trago apenas uma sugestão de encaminhamento. Eu e o presidente da nossa Comissão, o Marcelo, chegamos agora em fevereiro, mas, em novembro do ano passado, foi aprovada, nesta Casa Legislativa, a obrigatoriedade da utilização de câmeras nos uniformes da Guarda Municipal. E essa lei foi sancionada em 23 de fevereiro deste ano. Então, é obrigatório, está na lei municipal que é obrigação. O comandante da Guarda disse que houve uma licitação para aquisição de 160, deu problema na licitação, mas eu acho que a gente poderia deixar como encaminhamento, nosso presidente, que a CEDECONDH entre em contato com o Executivo e faça cobrança para justamente fazer a instalação desses equipamentos. Pelo que consta, pela manifestação do comandante da Guarda Municipal, ele também tem interesse,

até para preservar os seus servidores, os servidores públicos que prestam esse serviço. E obviamente isso traz um ganho significativo para a população em geral, que coíbe o mau profissional, aquele que abusa do poder, que humilha as pessoas, que agride, que rasga documento. Eu acho que essa lei veio em ótima hora, mas ela precisa ser implementada, porque não faz o menor sentido a Casa Legislativa do Povo de Porto Alegre aprovar uma lei que vai ficar engavetada para todo o sempre. Então, a minha sugestão é que a nossa comissão possa fazer essa interlocução e pressionar o Executivo para que sejam adquiridos os equipamentos e instalados o mais breve possível, é o encaminhamento que eu deixo, presidente.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Perfeito, então acredito, tenho certeza que esta reunião desta Comissão hoje foi muito produtiva, até porque todos aqui falaram o que realmente vieram aqui para falar. Ninguém ficou escondido atrás de nada, enfim. As autoridades, os atores principais, que precisavam dar resposta, estiveram aqui. Eu acho que nós conseguimos, através desta Comissão, Ver. Prof. Alex, Ver. Pedro Ruas, e essa é a primeira de muitas, e as portas desta Comissão aqui estão abertas para que a gente possa estar novamente fazendo outra reunião para estar cobrando. Hoje vocês vieram trazer as propostas, enfim, as dificuldades que vocês estão enfrentando, as dificuldades do dia a dia, principalmente agora, chegando o frio. Obrigado ao pessoal da FASC. Então, nós estamos fazendo várias reuniões aqui, com vários temas envolvendo a comunidade, envolvendo diretamente a vida das pessoas e, com certeza, nós estamos conseguindo ter muitas respostas para que a gente consiga cobrar de uma forma produtiva o Executivo. O nosso papel aqui, nós somos de partidos totalmente opostos, mas aqui nós não temos partido, o nosso partido é vocês enquanto eu for presidente. Tanto é que essa liberdade, esse respeito que eu tenho pelos vereadores, o Pedro Ruas é o proponente desta pauta e ele presidiu, eu não tenho essa vaidade, porque eu acho que, quanto mais qualidade nós dermos a essas pautas, para nós, é o mais importante. Então, vou continuar sendo assim, colega Pedro Ruas, estou sempre

aprendendo com vocês e, nesse sentido, eu coloco aqui, o Ver. Alex Fraga já estava fazendo os encaminhamentos aqui. Eu estava falando para eles que esta é a primeira de muitas. Hoje serão feitos encaminhamentos, e depois estaremos novamente chamando uma reunião para ver o que se encaminhou, o que andou, o que está faltando ainda. Agora é um novo tempo, principalmente do inverno, então, nós temos que estar preparados para ver de que forma nós estaremos cobrando do Poder Executivo, porque o nosso papel é esse: cobrar o Poder Executivo, independentemente de governo, porque o governo sai, os vereadores também saem, mas vocês continuam aí, a vida de vocês continua. Então, é nesse sentido, passo os encaminhamentos aqui, para o meu colega Pedro Ruas.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, presidente Conselheiro Marcelo. Peço desculpa ao Ver. Prof. Alex Fraga, mas eu tinha que atender uma emergência, mas eu já recebi o encaminhamento e concordo com ele. Eu tinha ainda, e peço que, em dois minutos faça isso, a Gabriela, o Renato, a Karen Farias.

SR. EDISSON CAMPOS: Enquanto não chega lá, só me deixa puxar o encaminhamento, que se a gente tirar daqui um encaminhamento que...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Eu te passo para encaminhar...

SR. EDISSON CAMPOS: Que parem as remoções pelo menos durante o inverno.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Tu vais ter que repetir isso aí daqui a pouco. A Sra. Maria Gabriela Godoy está com a palavra.

SRA. MARIA GABRIELA GODOY: Boa tarde, acho que é fundamental pensarmos em que cidade queremos e quem tem direito a essa cidade. Nós temos, desde 2021 a 2024, duas políticas, o Prometa, que disse que ia reduzir

em 80% a população de rua; e o Plano Ação Rua. Dessas políticas, o que nós tivemos foi o aumento do auxílio-moradia, que não é para toda a população em situação de rua – passamos de 300, em 2020, para 650; e a hospedagem social, ou seja, é um modelo pousada. A literatura internacional mostra que, para conseguir trabalhar com população em situação de rua e tentar levar para a saída das ruas, tem que ter um combo de três coisas: moradia, mas uma moradia permanente, não é uma moradia a cada seis meses revendo auxílio, cada mês vendo hospedagem social. As pessoas precisam criar vínculo com seu espaço, seu ambiente. Então é moradia, geração de renda, profissionalização, garantir alguma renda básica; e acompanhamento das equipes – equipe de saúde, equipe de assistência social. O que nós temos é um modelo no qual a pessoa sai da rua, vai para uma hospedagem social, vai para um auxílio-moradia, já não é a mesma equipe que a acompanha, e a população de rua se vincula com a pessoa, com o profissional. Essa passagem, às vezes, é difícil, então, nós temos que pensar nessas políticas.

Nós temos insuficiência de oferta, sim, embora nem todas as vagas estejam ocupadas, a Patrícia já saiu, acho que seria fundamental que a FASC dissesse o que é ocupado ou não, porque nós temos mais de 5.700 pessoas em situação de rua pelo cadastro e-SUS. Se todas agora fossem procurar, não haveria vaga suficiente. Então, a gente tem que pensar a quem interessa subdimensionar a população em situação de rua.

Então, essas questões fundamentais, e eu queria deixar um documento que nós fizemos...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Mande-nos. Eu tenho a mesma dúvida, para mim, não fechou essa matemática, dos 5.700 e vagas sobrando...

SRA. MARIA GABRIELA GODOY: Nós fizemos um levantamento exaustivo dos termos de colaboração – termos de colaboração malfeitos inclusive, o do Dias da Cruz é de abrigo não é de albergue, certo? De todos os termos de colaboração com as respectivas vagas, de alimentação, moradia, os dados de

população de rua, as metas do Prometa, do Plano Ação Rua, o que foi cumprido ou não, para poder nos ajudar nessa discussão. (Palmas.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado. Eu achei muito estranho, Douglas Filgueiras, por mais que eu seja ruim em matemática, eu achei muito esses 5.700 que precisam e as poucas vagas que tem, e estarem sobrando vagas. Não fechou, Douglas.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. RENATO FARIAS DOS SANTOS: Na hospedagem social, que a gente também coloca todas as críticas, porque tem pessoas que moram em espaço que não tem nem janela, a avaliação é da casa como um todo, e depois o cara divide o quarto em três e fica um pedacinho cada um. Temos pessoas que estão, há mais de ano, indo em espaço da Assistência Social, pedindo para ir para uma hospedagem social e não consegue; podemos indicar amanhã, a pessoa pode pedir para vir até o gabinete ou à comissão, para trazer essa situação. Mas o que eu queria colocar mesmo são duas coisas; uma é que tem que ter uma política que pense alternativas para que a pessoa não precise ir para a rua; também essa é uma outra questão; não se tem uma avaliação, ou não se conhece pelo menos, do porquê que as pessoas estão indo para rua, e o que a Prefeitura está fazendo para responder a isso, a situação de violência na comunidade, a situação de falta de trabalho, etc. E, aí – e esse já é um encaminhamento –, como Porto Alegre tem todo um projeto de crescimento, a gente tem, tramitando na Câmara, projetos de isenção de ITBI para o 4º Distrito, nós temos projetos de aumento de altura nos quarteirões do centro, que contrapartida, o que que a Prefeitura está pensando, a não ser tirar as pessoas desses espaços para que ali tenha um grande condomínio? O que que ela está pensando em geração de renda para essas pessoas? O que que ela está pensando em alternativas de moradia? A Patrícia termina dizendo que a assistência não tem pernas para isso, para atender todas essas situações. Onde

estão as demais secretarias? Muitos problemas relatados, quando o comitê funcionava, era a ausência das outras secretarias. O que que a SMDet agora, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo propõe em termos de trabalho para a população em situação de rua? Já tivemos o Rap, nós já tivemos várias coisas assim; na reciclagem, tivemos auxílio da antiga SMIC para a compra de equipamento, para espaços de reciclagem; tivemos ali na beira rio. O que que está sendo proposto para essas pessoas? Porque, por enquanto, o que está sendo proposto é o seguinte: sai; sai daqui que aqui tem que ter um grande condomínio. Então não é isso que nós queremos. Eu acho que a Câmara pode sim cobrar, quando vêm esses projetos aqui para serem aprovados, o que que está sendo feito? O que que tem para a população em situação de rua? Eu acho que isso é importante. Teriam várias outras coisas, mas o tempo é curto.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Renato. (Palmas.) Pessoal, vamos para os encaminhamentos, mas eu tenho ainda a oitiva da Karen Garcia de Farias.

SRA. KAREN GARCIA DE FARIAS: Boa tarde, gente, a fala da Patrícia diz que o modelo não está dando certo, que nós temos que questionar o modelo. No entanto também ela não é clara com relação de que até hoje a Prefeitura nunca quis ouvir a rua com relação a querer se adequar ao modelo, porque a gente sabe que a população de rua tem necessidades que os abrigos, que os albergues não atendem. Eles não podem levar os seus carrinhos, eles não podem levar os seus materiais, os seus animais não tem espaço, e muitos desses animais são como companheiros de vida para eles, eles não têm espaço para estarem lá, eles não são bem aceitos nesses albergues. Então como que eles irão para lá? Então é necessário sim adequar os modelos. Não é assim: “Ah, está sobrando espaço e por isso o modelo não está adequado.” Claro, está sobrando espaço, se a Prefeitura está criando esse espaço para a população de rua, ela tem que ouvir a população de rua e adequar o espaço para esta população, para qual o espaço se destina. Se então o espaço continuar com

vagas, aí sim entende-se que o espaço não serve, deve ser entendido e excluído, sei lá, repensado e feito outra coisa dele, mas até hoje a Prefeitura nunca... E, quando eu digo Prefeitura, não é esta gestão, mas todas as outras gestões nunca ouviram a população de rua, e nunca pensaram nas necessidades da população de rua. Além disso, a FASC agora, quando veio aqui, não foi clara quanto a quantidade de vagas que efetivamente oferece para a população de rua. No entanto, a gente sabe que, conforme o Ministério da Saúde, hoje existem mais de cinco mil pessoas nas ruas de Porto Alegre, e a Prefeitura diz que existe pouco mais de duas mil e quinhentas pessoas nas ruas...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Ela falou, a Patrícia falou em mil e trinta vagas.

SRA. KAREN GARCIA DE FARIAS: Exato. Então mil e trinta vagas, isso aí ela deve estar contando as seiscentos e cinquenta de auxílio-moradia, que ela já disse que não são apenas para a população de rua, e, importante, essas vagas de auxílio-moradia, quando a Prefeitura encaminha a população de rua para auxílio-moradia ela simplesmente exclui a pessoa do sistema de atendimento da população de rua, como esclareceu a Gabriela. Aquela pessoa que era atendida pelo sistema de saúde, sistema de assistência social, quando vai para esta vaga do auxílio-moradia, ela perde toda a referência; quando ela vai para o auxílio-moradia, grupos como o nosso, do PF das Ruas, se junta para ajudar, porque ela vai para o auxílio-moradia e ela não tem uma colher, uma colherinha, um lençol, um travesseiro para ir para lá, ela é abandonada pela Prefeitura, ela que se vire, quando ela vai, ela não tem emprego, ela que se vire, e a Prefeitura diz assim: “Ah, essa pessoa não é mais da PopRua, deixa ela lá.” Então é sério o problema. (Palmas.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado. Pessoal, nós vamos fazer rapidamente os encaminhamentos. Eu quero fazer um registro, que também é uma denúncia aos meus colegas vereadores e ao meu presidente, o

Ver. Conselheiro Marcelo, e ao meu colega Alex Fraga, que são vereadores. No início desta reunião, uma pessoa que é assessor de um vereador, não identifiquei exatamente a pessoa, não quis levar ali, mas eu quero fazer esse registro; ela insistentemente fotografava o Português, porque estava com uma bandeira que dizia, numa parte, Lula, e ela dizia: “Eu vou tirar, vou tirar daqui, vou tirar daqui. Eu fui lá e tive que falar em nome da comissão de forma firme, só porque...”

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): É que foi uma situação; é, eu disse: “Olha, se essa bandeira dele aí, só se botar outra, essa é a roupa dele”. Então eu tive que falar em nome da comissão; foi uma situação muito delicada, porque não é possível que uma pessoa dentro da Câmara tenha que se adequar a uma roupa que outra pessoa utiliza...

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Exatamente; um minuto só, Português, por favor, eu já fiz aqui.

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Eu sou o Português, disseram que era para tirar a bandeira que tem o Lula; nós temos sempre com o homem, como que não vai estar com...

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

SR. ALEXANDRE DA SILVA: Aí ele disse assim: “Não, é por causa desse aqui oh”, do símbolo do Lula, porque se não é ele ninguém vem, o auxílio renda Brasil né, que nós conseguimos para todos os moradores de rua de Porto Alegre, é o

renda Brasil dos moradores de rua que nós conseguimos, e é isso. O trabalho é muito interessante.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Nós tomamos a atitude, nesta comissão aqui, até em nome do Ver. Conselheiro Marcelo, ninguém vai dizer que roupa as pessoas vão usar ou não, ou que partido podem ter ou não. Se ela não quer essa roupa, que dê outra. Nós vamos para os encaminhamentos, e, aí, me parece, que nós temos algum consenso, e depois recebi um documento importante da Pastoral do Povo da Rua, através do Elton Bozzetto. Então, pessoal, nós vamos ter que fazer, com os que ficaram aqui, a aprovação ou não desses encaminhamentos sugeridos, ou até o acréscimo de algum, presidente Conselheiro Marcelo.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Até fazer o registro também, aqui, vereador, eu sempre coloco que, enquanto eu for presidente, todos os movimentos são legítimos; nós nos respeitamos. Eu falei há pouco, somos de partidos totalmente diferentes, mas nós nos respeitamos, porque nós não estamos aqui para legislar para nós. Nós estamos aqui para legislar para vocês. Infelizmente não são todos que têm esse pensamento e não têm esse respeito, mas, na minha presidência, nós vamos dar esse seguimento de respeitar a todos.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Eu sei disso e lhe agradeço muito. Com relação aos encaminhamentos. Nós temos assim, pessoal, por favor, vamos ter que ter atenção para aprovar por aclamação, ou rejeitar, ou acrescentar. Então, em primeiro lugar: o senso do PopRua, que começou até com o Elton Bozzetto essa, e depois a Patrícia falou, me pareceu até de acordo...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Tem que ser no microfone, senão não vai constar; não vai constar na ata...

SR. ELTON BOZZETTO: Posso falar daqui, professora?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ELTON BOZZETTO: Que o senso seja acompanhado e monitorado pelos movimentos da sociedade civil, e particularmente da população em situação de rua.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Nessas condições, aprovamos?

SR. ELTON BOZZETTO: Aprovamos.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. EDISSON CAMPOS: Sobre essa proposta do censo, eu me lembro que a última vez a gente fez, porque o censo precisa de facilitadores para poder entrar nos espaços em que o pessoal não vai conseguir entrar, então que seja ao modo que foi em 2016, que a gente fez a pesquisa do censo, e a população de rua trabalhou como facilitadores para ajudar os que vão fazer as pesquisas poderem entrar nos espaços da galera da rua, que tem que conhecer esses espaços. Então que se tenha pessoas em trajetória ou pessoas em situação de rua dentro do censo, que isso também já vira uma geração de renda e um trabalho junto entendeu. Então eu trago essa proposta também. E a outra proposta, fora isso que eu quero trazer, é que daqui a gente tira, aproveitar que a juíza está ali, eu não sei como é que a gente pode fazer, ou a defensora já foi, que a gente tenta barrar as remoções durante o inverno...

SR. ELTON BOZZETTO: É outro encaminhamento esse.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Esse é outro encaminhamento.

SR. EDISSON CAMPOS: O do censo eu já fiz. Pensei que já podia emendar as duas já.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Tu vais fazer o das remoções. Vai chegar neste momento e eu já vou te chamar, em dois minutos eu já te chamo. Pessoal, também ficou, me parece, consensuado, o comitê da população de rua né, que surgiu como demanda aqui, mas surgiu também, não é Cícero, com concordância aqui até por parte da FASC e por parte da Guarda também.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

SRA. GABRIELA DE ANDRADE BOSKA: É o CIAMP Rua que a gente quer que seja retomado, com representantes de todas as secretarias, porque, por exemplo, não adianta discutir moradia se não está o DEMHAB junto...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): E da população de rua também.

SR. ELTON BOZZETTO: E da sociedade civil.

SRA. GABRIELA DE ANDRADE BOSKA: População de rua com cadeira cativa, e sociedade civil também, mas que seja retomado...

SR. ELTON BOZZETTO: São nove secretarias.

SRA. GABRIELA DE ANDRADE BOSKA: Inclusive nomeado e tal.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Quando ele foi encerrado?

SR. ELTON BOZZETTO: Durante a pandemia.

SRA. GABRIELA DE ANDRADE BOSKA: Em 07 de fevereiro de 2022 parou. Não teve mais nenhuma comunicação, nem reunião e praticamente acabou.

SR. CÍCERO ADÃO GOMES: Estão empurrando com a barriga, não é?

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Foi falado aqui – Beijo eu não vou te esquecer e também o Bozzetto – no respeito às organizações. Isso me parece ser uma obviedade, ninguém vai nem debater o respeito às organizações, e eu acrescento a roupa do Português também. Então respeito, o mínimo que se espera é o respeito às pessoas, particularmente pelo poder público, não é, Presidente?

Implantação de política habitacional. Também é consensuado aqui – me pareceu – o que não há é efetividade, mas tem que haver luta nesse sentido aí.

O acolhimento no serviço de saúde. Eu gostei da intervenção – isso é uma opinião minha, não é da Comissão, nem consultei o Presidente –, mas eu gostei da intervenção da Dra. Vânia, que representou a saúde. Eu gostei, achei bem interessante, achei que ela tinha muitas coisas em que nós podemos avançar com ela, ela deixou um telefone para a gente fazer contato. Tem muito problema ali, desde o Santa Marta até o atendimento individualizado, passando pela questão do SAMU, o acolhimento das pessoas com doença mental. Então tem muito problema que passa pela saúde, Jaqueline, mas ela me parece uma pessoa aberta aos temas, e é o acolhimento no serviço de saúde.

O fim da truculência da polícia. Vejam bem, o que nós tratamos aqui é da polícia vinculada, ou seja, a polícia municipal, a Guarda Municipal. Nós não tivemos aqui ninguém da Brigada Militar, mas quero dizer que o convite foi.

SR. CÍCERO ADÃO GOMES: Vereador, a Pastoral fez o registro também da Brigada Militar, o encaminhamento precisa contemplar.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Aquele era municipal, secretário adjunto do Município. Não veio nenhum deles do Estado, importante registrar. Isso até pode ... eu não sei quem tomou os documentos do Israel, foi a municipal?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Foi a municipal.

SR. CÍCERO ADÃO GOMES: Falando nisso, Presidente da comissão, eu cheguei falando ali com o comandante Nascimento também, porque o Israel é lá da nossa área de cuidados do CAPS Pernambuco, e eu falei para ele também que nós estamos de olho se acontecer alguma coisa com o Israel. Nós estamos...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Agora comissão toda está de olho, Israel.

SR. CÍCERO ADÃO GOMES: Nós estamos bem informados, é bem pertinho do CAPS em que está o Israel ali, nós estamos de olho, podes ficar tranquilo, Israel.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Nós estamos de olho. Eu acho que tranquilidade e difícil ter, mas de olho... Não tinha muita gente de olho na Marielle Franco? Com todo respeito, do meu partido, companheira amiga e terminou daquele jeito terrível. Mas nós estamos de olho, se isso serve de algum consolo, sim, estamos de olho.

SR. ELTON BOZZETTO: Há encaminhamento, Pedro, da questão da cobrança para instalação das câmeras de monitoramento no fardamento da Guarda Municipal.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Já tem legislação, o Ver. Prof. Alex Fraga falou nisso.

SR. ELTON BOZZETTO: Não, mas eu acho que o encaminhamento é que a comissão possa instaurar uma medida de diálogo e de cobrança da parte do Executivo para que possa a legislação ser implementada.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Agora eu vou cumprir a minha promessa com o Beijo e dar para ele a proposta.

SR. EDISSON CAMPOS: Só para trazer o que eu entendi ali das câmeras, ele falou que está no trâmite lá. Deu problema no trâmite.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Mas nós vamos questionar. Faça a tua proposta. Nós vamos aproveitar a presença da juíza federal que nos deu muita honra, e essa proposta é interessante que ela ouça.

SR. EDISSON CAMPOS: A proposta que saia daqui é que a gente tente barrar as remoções no inverno também, porque eu entendo que ele vem aqui representar, mas não sei. A Patrícia falou que ia voltar eu não sei também, porque a gente tem que trabalhar, nesse projeto, como é que a gente vai fazer essa estrutura de tentar barrar as remoções. Por que a gente vai sair daqui, agora eu já estou pagando aluguel com a padaria e vou para casa. Eu só vou me acordar no outro dia sabendo que a gurizada foi removida, foram lá e levaram as coisas da galera. Então eu proponho que a gente tente sair daqui...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Edison, só para eu entender, remoções na rua? Ou de ocupações?

SR. EDISSON CAMPOS: Das barracas da galera da rua, porque isso é remoção, eles falam que não é, mas é, entendeu? Que a gente tire daqui, que a gente tente entrar com processo para barrar pelo menos no inverno, porque a gente tem uma contradição aqui. Por que a Patrícia falou que sobrou vaga, e o companheiro ligou lá e não tinha vaga. Aí como que se sintoniza isso, não é?

Porque daí entra em contradição, porque, se é para vir aqui mentir, não adianta, a gente ter que vir aqui para trabalhar junto, construir junto. Ela fala que sobrou, e tem um cara que é da assistência social que ligou para lá e falaram que não tinha vaga, então, a gente está com problema de honestidade aqui nesse momento.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): É, mas, desculpa interromper, uma das principais coisas aqui da falta de o pessoal usar os albergues de noite é questão que vocês trouxeram aqui do horário 5h30min. da manhã, da formatação. Então acho que o importante nós estamos levando principalmente para que ...

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): A mudança da formatação.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Isso. Principalmente a questão do horário que a própria FASC já deixou aqui que irá rever, sim, devido a essa questão de ter mais adesão, de o pessoal acessar esse serviço. Porque hoje não se dá o acesso, muitas vezes, a esse serviço por causa do horário de saída às 5h30min. da manhã.

SR. EDISSON CAMPOS: É, mas a Patrícia acabou de falar ali que sobraram vagas em quase todos os albergues, e a gente tem uma contradição aqui.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Está bem entendido, e nós colocamos aqui.

SR. EDISSON CAMPOS: A gente vive na rua, a gente sabe que quando chove, quando fica frio, todo mundo vai para o albergue, não sobra vaga. Já ouvimos os alunos falarem que não tinha vaga no albergue, e como é que a gente vai trabalhar junto se a gente não está tendo honestidade para construirmos juntos?

SRA. GABRIELA DE ANDRADE BOSKA: Beijo, o que a gente pode pedir é a transparência na informação da FASC, porque uma coisa é o número de vagas contratadas. O “Acolher Não Sei das Quantas” tem 75 vagas. E são pagas as 75 vagas por mês. “Ah, mas não ocuparam todas as vagas”. As 75 continuam sendo pagas. Essa é uma questão que nós vimos nos termos de colaboração que não tem aditivos para fazer redução conforme o uso.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): A senhora me deixou um pouco preocupado.

SRA. GABRIELA DE ANDRADE BOSKA: Isso nós constatamos nos dois anos em que acompanhamos esses termos de colaboração, certo? Porque, na saúde, seja em comunidade terapêutica, em serviço residencial terapêutico, se paga pela ocupação que nem hospital: taxa de ocupação. Na assistência social, se paga o valor completo. Durante a pandemia, teve redução, não teve nenhum termo aditivo reduzindo o repasse para as organizações da sociedade civil, e é dinheiro público. Então o que nós queremos é transparência na administração desses recursos, e o que a gente quer também é que a FASC mostre mensalmente o número de vagas ofertadas em cada um desses equipamentos e o número de vagas ocupadas. Por que essa é uma informação do sistema de vigilância socioassistencial que não é transparente.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Gabriela. O Sr. Osmar Belusso está com a palavra.

SR. OSMAR ANTÔNIO BELUSSO JÚNIOR: Eu não posso falar sobre a questão das vagas, mas ontem eu tive uma situação em que entrei em contato com o pessoal da FASC falando sobre uma situação concreta de uma usuária que precisava de uma vaga em albergue, só que a questão específica dela é que ela tinha dois cachorros, então, a informação é que não tem nenhuma vaga de

albergue com canil, essa é a questão. Para ela, não teria vaga, e aí não teria como ela ficar sem os cachorros, sem os bichos, não poderia se ficar sem.

SRA. GABRIELA DE ANDRADE BOSKA: Transparência. Porque, por exemplo, o Acolher I e II recebem um montante per capita acima de R\$ 1.000; o Dias da Cruz recebe em torno de R\$ 500 para prestar o mesmo serviço por quê?

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Eu coloquei aqui: transparência no uso dos recursos.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Coloquei também, eu vou até ler para vocês aqui: senso PopRua, acompanhado pelos movimentos, e caindo a capacidade de geração de renda – como disse o nosso amigo Beiço. O comitê da população de rua, o respeito às organizações, a implementação de política habitacional, o acolhimento no serviço de saúde, o fim da truculência da polícia municipal e estadual – não veio aqui a estadual –, câmeras de monitoramento – já tem lei a respeito –, barrar remoções no inverno – sugestão do Beiço de encaminhamento –, mudança de formatação do horário dos albergues – ficou evidente pela fala da Patrícia – e transparência no uso dos recursos da FASC. Pessoal, podemos aprovar os encaminhamentos? Aprovados. (Palmas.)

Tem uma proposta? Brevíssima proposta, três palavras. O Sr. Osmar Belusso está com a palavra.

SR. OSMAR ANTÔNIO BELUSSO JÚNIOR: Brevíssima. Sobre a questão das pousadas de quando a pessoa recebe um *voucher* da Prefeitura, sai da rua e vai para as pousadas. Tem muitas pousadas em condições bem insalubres e, de repente, seria interessante pensar numa comissão da Câmara para fiscalizar as condições das pousadas.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Agora temos documento que a Pastoral do Povo da Rua vai integrar com muita honra aqui para nós.

SR. ELTON BOZZETTO: Presidente, Ver. Pedro, esse documento é resultado não da cabeça de alguém ou de um gabinete, mas é resultado da construção que a Pastoral realizou junto com as entidades e junto com a população em situação de rua. Então a gente quer deixar com vocês porque ele transmite exatamente a ideia do respeito ao trabalho constitucional e ao trabalho que a sociedade civil tem na garantia constitucional de fazer junto com o Estado. Estão aqui também as nossas reivindicações que foram contempladas nos encaminhamentos desta sessão. Eu convido para que o Cícero, o Beirão e o pessoal com a bandeira cheguem aqui.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Vamos fazer justiça, quem disse que a Patrícia não voltava, ela voltou.

(Procede-se a entrega do documento.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 17h22min.)